



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

**Centro Universitário de Lisboa
Escola de Psicologia e Ciências da Vida
Mestrado Transdisciplinar em Sexologia**

**ESTUDOS PSICOMÉTRICOS:
VERSÃO PORTUGUESA
DA**

“SEXUAL CONSENT SCALE” – REVISED (SCS – R)

**Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do grau
de Mestre em Sexologia Humana, orientada por Prof^a Doutora Ana Beato**

FILOMENA MARIA ROSA LOPES RIBEIRO

2024

Centro Universitário de Lisboa
Escola de Psicologia e Ciências da Vida
Mestrado Transdisciplinar em Sexologia

ESTUDOS PSICOMÉTRICOS:
VERSÃO PORTUGUESA
DA

“SEXUAL CONSENT SCALE” – REVISED (SCS – R)

VERSÃO FINAL

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa
no dia 09 de julho de 2024, perante o júri nomeado pelo
Despacho de Nomeação nº 574 de 2024, com a seguinte
composição:

Presidente: Prof^a Doutora Patrícia Pascoal

Arguente: Prof^a Doutora Isabel Santos

Orientadora: Prof^a Doutora Ana Beato

FILOMENA MARIA ROSA LOPES RIBEIRO

2024

Dedicatória

Dedico este trabalho de pesquisa aos meus maiores incentivadores para a realização dos meus sonhos ao longo da vida, pelo constante apoio em todos os momentos do meu percurso académico: os meus pais, que, infelizmente, já partiram para uma outra dimensão...

Foram eles os meus maiores orientadores da minha formação pessoal.

Eternamente agradecida.

“Enquanto houver estrada pra andar, a gente vai continuar [...]”

Jorge Palma

Agradecimentos

A vida dá imensas voltas, prega-nos muitas partidas, mas também nos oferece muitos e muitos desafios. Se os soubermos aproveitar e enfrentar no momento certo, dedicamo-nos com tal propósito que não há quem nos faça desistir! Perante este repto, o mestrado, foi necessário somar muitos anos, num misto de ascensão e queda, para me levantar decorridos quase vinte anos e tentar novamente, finalizando este percurso nada fácil, quer por se afastar da minha formação inicial (área da educação de infância), quer pelos meus 60 e poucos anos de idade, repletos de experiências edificantes diversificadas e outras tantas vicissitudes, quer, ainda, pela necessidade de conciliação da vida familiar, profissional e académica para me dedicar e concentrar o foco no objetivo de superar todas estas barreiras até conseguir chegar mais além.

Agradeço, por isso, a todos e a todas que permaneceram ao meu lado, sobretudo aos colegas do mestrado, salientando, aqui, a colega e amiga Margarida Gomes, sempre disponível para ajudar, quando precisei.

A todos os professores do mestrado, o meu obrigado, porque me transmitiram conhecimentos dominantes nesta vasta área da sexualidade humana e também da saúde. Foram eles quem facilitou e cimentou a minha motivação em muitos conteúdos, para continuar sem hesitar!

Aos meus queridos filhos, Ana e Pedro (36 e 18 anos), muito agradeço, bem como aos meus restantes familiares, pelo incentivo que sempre me deram, orientado pela minha determinação e persistência em concluir o mestrado.

Dirijo um agradecimento à Professora Doutora Patrícia Pascoal, por me ter motivado no início e durante este percurso, exatamente nos momentos em que eu mais precisei!

Aos meus colegas de trabalho, que me acompanharam nesta jornada, pela colaboração no preenchimento dos questionários e pelo apoio durante a elaboração deste trabalho: um bem-haja!

Estou grata à minha estimada orientadora, a Professora Doutora Ana Filipa Beato, pela sua capacidade de compreensão e paciência para me acompanhar ao longo deste tempo e também por ter partilhado o seu conhecimento nesta área, materiais de apoio científicos, bem como a sua inquestionável competência para me guiar diante das inúmeras dificuldades que ultrapassei. Com ela, aprendi muito. Agradeço-lhe, ainda, a sua disponibilidade para colaborar no tratamento estatístico dos dados e pelo seu rigor, opiniões e críticas.

Um grande agradecimento a todos os professores e professoras do Mestrado Transdisciplinar em Sexologia, pelos valiosos ensinamentos, empatia e amizade.

Finalmente, deixo um agradecimento muito especial ao Professor Doutor Francisco Juan José Viola, da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina), que me facultou alguns conceitos e diversos materiais para consulta sobre a temática do consentimento sexual. Agradeço a sua disponibilidade para me responder às minhas questões e também agradeço a sua permissão para que fosse, aqui, mencionado. Estou grata e de coração cheio!

Resumo

A violência sexual continua a preocupar as sociedades desenvolvidas e vem sendo alvo de debate e de estudo. A literatura mostra que a ausência de consentimento sexual se relaciona frequentemente com experiências sexuais percebidas como forçadas ou mesmo violentas. Apesar de ser um tema importante na atualidade, existem poucas medidas traduzidas e adaptadas capazes de avaliar este constructo e o seu impacto. O presente trabalho teve, assim, como objetivo realizar estudos psicométricos preliminares da adaptação da versão portuguesa da *Sexual Consent Scale – Revised* (SCS-R) (Humphreys & Brousseau, 2010), que mede as crenças, atitudes e comportamentos dos indivíduos em relação ao consentimento sexual e como este deve ser negociado entre parceiros sexuais. Os instrumentos usados foram a SCS-R, a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) (Martins et al., 2012) e a *Sexual Experiences Survey – Short Form Victimization* (SES-SFV) (Koss et al., 2007). Participaram no estudo 420 adultos portugueses (18-74 anos de idade), com uma média de idades de 39,82 anos, que preencheram o protocolo online constituído pelos instrumentos SCS-R, ECVS e SES-SFV. Os resultados mostraram que a SCS-R possui boas qualidades psicométricas aos níveis da validade de constructo, validade convergente, sensibilidade e fidelidade, permitindo a sua utilização, tanto na prática clínica quanto na investigação científica.

Palavras-Chave: Consentimento sexual, violência sexual, estudos psicométricos, adaptação da *Sexual Consent Scale – Revised* (SCS-R).

Abstract

Sexual violence continues to concern developed societies and has been the subject of debate and study. The literature demonstrates that the absence of sexual consent is often related to sexual experiences perceived as forced or even violent. Despite being an important topic nowadays, there are few translated and adapted measures capable of evaluating this construct and its impact. This study aimed to conduct preliminary psychometric study of the adaptation of the Portuguese version of the Sexual Consent Scale – Revised (SCS-R) (Humphreys & Brousseau, 2010), which measures the beliefs, attitudes, and behaviors of individuals in relation to sexual consent and how it should be negotiated between sexual partners. The instruments used were the SCS-R, the Sexual Violence Belief Scale (ECVS) (Martins et al., 2012) and the Sexual Experiences Survey – Short Form Victimization (SES-SFV) (Koss et al., 2007). Participants were 420 Portuguese adults (18-74 years old) with an average age of 39,82 years, who completed the online protocol consisting of the instruments SCS-R, ECVS e SES-SFV. Results showed that the SCS-R has good psychometric qualities, such as construct validity, convergent validity, sensitivity, and fidelity, allowing its use both in clinical practice and research.

Keywords: sexual consent, sexual violence, psychometric studies, adaptation of the Sexual Consent Scale – Revised (SCS-R).

Lista de siglas e acrónimos

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
ECVS	Escala de Crenças sobre Violência Sexual
DIDS	<i>Dimensions of Identity Development Scale</i>
FAL	Federação Académica de Lisboa
OMS	Organização Mundial de Saúde
SCS-R	<i>Sexual Consent Scale – Revised</i>
SES-SFV	<i>Sexual Experiences Survey – Short Form Victimization</i>

Índice de Tabelas

Tabela 1 Caraterização sociodemográfica	21
Tabela 2 Variância total explicada.....	28
Tabela 3 Loadings da Escala de Consentimento Sexual na análise fatorial forçada a cinco fatores.....	28
Tabela 4 Estatística – se item 11 eliminado do Fator 1 (Atitude Positiva face ao Consentimento).....	33
Tabela 5 Estatística – se item 11 eliminado do Fator 2	34
Tabela 6 Estatística – se item 20 eliminado do Fator 2 (Perda de controlo comportamental percebido)	34
Tabela 7 Estatística – se item 22 eliminado do Fator 2 (Perda de controlo comportamental percebido)	34
Tabela 8 Estatística – se item 27 eliminado do Fator 3 (Normas do Consentimento).....	35
Tabela 9 Estatística – se item 35 eliminado do Fator 4 (Aproximação comportamental indireta).....	35
Tabela 10 Estatística – se item 35 eliminado do Fator 5 (Consciência do consentimento)....	36
Tabela 11 Amostras independentes – Teste de Levene para igualdade de variâncias e teste-t para Igualdade de Médias	37
Tabela 12 Valores Mínimo, Máximo, Média e Desvio Padrão	38
Tabela 13 Análise de correlações Pearson.....	39
Tabela 14 Coeficientes de correlação	40

Índice de Figuras

Figura 1 <i>Screen plot</i> para a análise fatorial exploratória da SCS-R (Humphreys & Brousseau, 2010).....	27
---	----

Índice

DEDICATÓRIA	2
AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	7
ÍNDICE DE TABELAS	8
INTRODUÇÃO	11
1.1 CONSENTIMENTO SEXUAL	11
1.2 CONSENTIMENTO SEXUAL E VIOLÊNCIA SEXUAL	12
1.3 PERTINÊNCIA DO ESTUDO	19
MÉTODO	21
2.1 PARTICIPANTES	21
2.2 INSTRUMENTOS	22
2.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	25
2.4 ANÁLISE ESTATÍSTICA	26
RESULTADOS	27
3.1 ESTRUTURA FATORIAL	27
3.2 FIDELIDADE	30
3.3 COMPARAÇÃO DE MÉDIAS	32
3.4 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	38
DISCUSSÃO	41
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	46

Introdução

1.1 Consentimento sexual

Consentimento sexual, ou “anuir a” ter relações sexuais ou à prática de qualquer ato sexual, pressupõe concordar com a ocorrência empírica de uma ação concreta a que subjaz a tomada expressa de decisão (Muehlenhard et al., 2016; Peterson & Muehlenhard, 2007). Em lugar de percebido como “espontâneo”, pela subjetividade que a espontaneidade encerra, tal consentimento resultar num “sim” ou num “não” dado em consciência e voluntariamente: livre de pressões de toda a ordem ou de qualquer forma de coação (Beres, 2007).

Desejo sexual, enquanto “estado interno de se estar disposto a”, e consentimento sexual, por exemplo, confundem-se, não raramente (Muehlenhard et al., 2016). Reconhece-se que semelhante situação se aplica à “interpretação”, pelo outro, parceiro ou não, de comportamentos ou de comunicação indireta ou não-verbal (Muehlenhard et al., 2016). Devem, por isso, distinguir-se, desde logo, atitudes tidas como *sugestivas* – mas não claras nem diretas – de consentimento sexual (Peterson & Muehlenhard, 2007, p. 73). Dada a indissociabilidade das pessoas envolvidas e do contexto, o conceito de *consentimento* pode comportar várias definições e, até, encerrar algumas incoerências, ainda que, em geral, se considere como processo livre e contínuo de negociação de limites, isento de pressões, coação ou intimidação (Archard, 1998; Muehlenhard et al., 2016; Pérez, 2017; Popova, 2019; Rollero et al., 2023).

Consentimento sexual contempla, ainda, negociar, previamente e ao longo de toda a prática sexual, sempre com a possibilidade de se desistir em qualquer momento, independente da razão, decidindo-se, com liberdade e em consciência, sobre o tipo ou tipos de sexo ou de atos sexuais que se *quer* praticar (e qual ou quais *não se quer* praticar), com quem, quando, onde, como (em geral) e em que circunstâncias (Archard, 1998). Circunstâncias incluem reconhecer que um encontro sexual é “casual” ou sem compromisso, por exemplo. O uso de proteção contra doenças sexualmente transmissíveis (DST) e/ou de gravidez não planeada, entre muitas outras possibilidades, fazem parte deste consentimento sexual (Barbosa, 1997, 1999; Barbosa et al., 1995; Fantasia et al., 2014). Para que tal consentimento informado e em consciência seja possível, a transparência de todos os envolvidos manifesta-se crucial (Liberto, 2017). Mais se acrescenta que o consentimento não é indefinido no tempo. Deve, antes, entender-se como pontual, isto é, consentir-se uma prática sexual num determinado

momento não significa que se a consinta sempre. Logo, noutro momento, faz-se necessária nova obtenção de consentimento sexual (Archard, 1998).

Respostas sexuais unicamente fisiológicas, como lubrificação, ereção, excitação ou orgasmo, são involuntárias e, por esse motivo, podem ocorrer sempre, independentemente do consentimento ou falta dele (RAINN, 2021). O comportamento sexual difere de indivíduo para indivíduo e, por essa razão, importa conhecer o contexto para situar e compreender a expressão da sexualidade, nos diversos comportamentos e atitudes, identificando crenças inerentes (Simon & Gagnon, 2002). Existem, por vezes, desigualdades ou assimetrias inegáveis, com tendência a comportamentos de coação, ataque e violência sexuais inerentes à interpretação falaciosa de consentimento (Beasley et al., 2012).

1.2 Consentimento sexual e violência sexual

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022) o conceito de violência sexual aglutina todas as insistências na consumação de qualquer ato sexual não consentido, em relacionamentos íntimos ou amorosos (incluindo o namoro e o casamento) e fora deles. Em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2017, p. 1) elucida a abrangência do conceito: violência sexual inclui “todos os atos ou tentativas de atos sexuais, avanços ou comentários sexuais cometidos por uma ou mais pessoas, contra outra(s) pessoa(s), sem que esta(s) o deseje(m) ou consinta(m)”.

Esta associação de solidariedade social apresenta uma lista simplificada, mas com um nível de pormenor chave, de atos de natureza sexual promovidos por “uma ou mais pessoas contra outra – a vítima – sem a vontade desta”, passíveis de serem considerados formas de violência sexual, a saber:

Toques íntimos não desejados (ex.º beijar, apalpar); comentários ou piadas de carácter sexual que causem à vítima desconforto ou receio; toques indesejados nos órgãos sexuais; ser forçado/a a tocar nos órgãos sexuais de outra pessoa; ser penetrado/a por via oral, vaginal ou anal por pénis, por outras partes do corpo (ex.º dedos) ou objetos, ou ser obrigado/a a fazer isto com outra pessoa; ser obrigado/a a assistir ou a participar em filmes, fotografias ou outros espetáculos de carácter pornográfico (ex.º filmagens, enviar “nudes”); forçar alguém a prostituir-se; grooming online. [...] (APAV, 2022, par. 2–19)

A ausência de consentimento *válido* ocorre, ainda, sempre que existem impedimentos à tomada consciente de decisão. Exemplos não mutuamente exclusivos passam por

vulnerabilidades ou incapacidades individuais (*e.g.*, físicas, cognitivas, emocionais, entre outras) e/ou situacionais; estar-se sob o efeito de bebidas alcoólicas, estupefacientes, medicamentos e/ou outras substâncias que comprometam a lucidez, clareza de consciência e liberdade de se autodeterminar; qualquer tipo de manipulação ou coação à prática sexual (Dougherty, 2013; Wertheimer, 2003, 2010).

Em atividades sexuais, urge, em suma, refletir, em conjunto com o parceiro, parceira ou parceiros, nas expectativas e limites de todos, antes e durante estas, contemplando sempre a possibilidade de uma das partes recuar, a todo o tempo (Willis & Jozkowski, 2019).

Um modelo recente, por exemplo, apresentou o conceito de consentimento sexual “entusiástico”, enquanto expressão positiva de consentimento: a procura do “sim” ao invés da ausência do “não” (Coy et al., 2016). O consentimento entusiástico pode expressar-se verbalmente, assim como tomar lugar através de comunicação não-verbal, isto é, de linguagem corporal com efeito positivo, como sorrisos ou contacto visual. Trata-se de sinais que, isoladamente, não representam consentimento, porém, são passíveis de o deixar antever, ainda que careça de confirmação verbal regular (Ehrlich, 2003; Jozkowski & Peterson, 2013; Wertheimer, 2003).

A revisão da literatura mostrou, ainda, quem sustente a ideia de que o consentimento sexual poderá ser dado em vista de vários cenários, como através da cognição construída na mente de um ou dos dois parceiros, sem que haja comunicação evidente (Muehlenhard, 1996). Existe, também, variabilidade entre parceiros heterossexuais e do mesmo sexo, com reflexos e implicações nas negociações do consentimento sexual (Beres et al., 2004; Jordan, 2022).

Apesar da parca investigação sobre o consentimento sexual entre homossexuais, salienta-se a *Same-Sex Sexual Consent Scale* (Beres et al., 2004), que evidenciou comportamentos de verbalização superiores aos de não verbalização para pedir o consentimento sexual, embora sem diferenças entre grupos.

Num estudo, Burkett e Hamilton (2012) procuraram entender o consentimento sexual numa perspetiva de género e como processo de desigualdade. Em entrevistas a oito mulheres jovens, observaram grandes desequilíbrios de poder entre géneros, sobretudo nas características contraditórias das respostas das participantes. Inicialmente, mostraram concordar em dizer assertivamente “não” ao sexo indesejado. Por outro lado, essas mesmas jovens relataram, contudo, experiências sexuais em que reconheceram que fracassaram ao não terem conseguido expressar o “não”, por se sentirem pressionadas, sem interesse ou angustiadas (Burkett & Hamilton, 2012). Grande parte das entrevistadas que afirmaram haver

sentido dificuldades em negociar o consentimento sexual foram, provavelmente, influenciadas pelos discursos mediáticos que valorizam a sexualidade heteronormativa (Burkett & Hamilton, 2012). Já outro estudo revelou que o desconhecimento sobre o consentimento impede a autorreflexão e alimenta a falta de assertividade (Willis et al., 2019).

Ao lado do caráter vago da lei e da sua aplicabilidade (Daly & Bouhours, 2010; Fávero et al., 2020; Jehle, 2012; Senra, 2021; Sleath & Bull, 2017), verifica-se uma certa cultura popular perniciosa tendente a descriminar o agressor, que acaba por continuar a influenciar mentalidades (Amir, 1967; Baker, 2017; Boyd, 2015; Freitas, 2017; Hill et al., 2023; Kessel, 2020). Ainda subsistem crenças e mitos, na sua generalidade, falsos, porém, ampla e continuamente difundidos, de que, diante da consumação de sexo não consentido, parte da culpa ou responsabilidade cabe à vítima (Amir, 1967; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Du Toit, 2007) ou de que a gravidade do ato depende dos fatores individuais, situacionais e/ou socioculturais desta (Cann et al., 1979; Grubb & Harrower, 2008; Oliveira et al., 2023; Scutt, 1994; van der Bruggen & Grubb, 2014). Do mesmo modo, a violência sexual não tem, necessariamente, de ser exercida fisicamente, como, por vezes, se pensará, ocorrendo também, ou cumulativamente, através de formas de coação psicológicas nem sempre, desde logo, perceptíveis pelo sujeito (Boyd, 2015; Conroy et al., 2014; Farris et al., 2008; Neves et al., 2023; Struckman-Johnson et al., 2003), não raro, consideradas erradamente menos sérias (Testa & Dermen, 1999). Alguns exemplos de cooperação percebida e culpabilização, pelo menos, parcial da vítima traduzem-se em casos de embriaguez desta ou de se encontrar sob o efeito voluntário de estupefacientes; se usava, no momento do delito, determinado vestuário (tido como “provocatório”); se se encontrava num lugar potencialmente perigoso, se exibia um comportamento interpretado como “convidativo” e/ou, ainda, se não tiver oferecido resistência (Belknap, 2010; Brownmiller, 1975; Burt, 1980; Cohn et al., 2009; Maurer & Robinson, 2008; Workman & Orr, 1996). Toda a desinformação e estereótipos persistentes em redor do consentimento sexual estendem-se, ainda, ao agravamento da violência sexual se perpetrada contra *pessoas específicas*, como os profissionais do sexo (J. Miller & Schwartz, 1995; Scutt, 1994; Sullivan, 2007), ou, mesmo, em contextos em que o agressor é “conhecido” em lugar de “um estranho”, ou um parceiro com quem a vítima mantém uma relação de namoro ou conjugal, por exemplo (Banerjee & Rao, 2022; Cann et al., 1979; Grubb & Harrower, 2008; Margolin et al., 1989).

Destacam-se algumas pressões a que as vítimas se sujeitam, sobretudo externas, que as influenciam a adotar práticas opostas à sua vontade, procurando satisfazer, assim, de forma questionável, interesses de outros que não os seus, sentindo-se, depois, culpabilizadas por se

envolverem em atividades sexuais indesejadas (Humphreys, 2004; Powell, 2010). Pressões encontram várias traduções, desde visões de o sexo representar “dever conjugal”, por excelência, a componente “normal” da vida, passando por “algo *expectável* de se fazer”, “consumação” ou “prova” de laços emocionais, “por ser natural” ou “porque toda a gente o faz”, entre muitas outras (Beres, 2007; Illouz, 2019; Primoratz, 2001). As acima descritas conseguem, consoante indivíduos, situações e contextos, elevar-se a verdadeiras táticas de persuasão manipulativa e intoxicante, ou mesmo de “coação social”, que impera contrariar (Gavey, 1997; Mackinnon, 1997; West, 2002).

Por outro lado, a permissibilidade de uma prática, por exemplo, – ou seja, a qualidade daquilo que é social, legal ou moralmente, etc., permissível ou lícito – não implica, de maneira alguma, que, só por essa razão, todas as pessoas tenham de acolher essa mesma prática: permissibilidade não é sinónima de obrigatoriedade (Archard, 1998). Embora o primeiro não solucione a segunda,volvem-se, pois, ténues as fronteiras entre consentimento sexual e violência sexual (Archard, 1998; Beres, 2014; Kessel, 2020).

As mulheres continuam a experienciar muita vulnerabilidade à violência sexual e de género na maioria dos locais e contextos, como nas universidades (Banyard et al., 2007; Krebs et al., 2009; Muehlenhard et al., 2016, 2017; Testa & Livingston, 2009). Embora os agressores tendam a ser, em maioria, do género masculino e, por isso, se facilmente se caia na falácia de estereotipar papéis, homens também sofrem violência sexual, não apenas por parte de outros homens, como de mulheres (PettyJohn et al., 2022; Waldner-Haugrud & Magruder, 1995). Um estudo junto de alunos de três universidades norte-americanas a que responderam 1.978 sujeitos, por exemplo, mostrou que, dos 38% (n = 700) de vítimas de violência sexual, 28,7% eram homens (Sutherland et al., 2014). Em Portugal, os resultados do primeiro estudo a avaliar as perceções de estudantes universitários do sexo masculino sobre violência sexual perpetrada por mulheres contra homens confirmaram a prevalência dos supramencionados estereótipos (Oliveira et al., 2023). Atestaram, também, que subsistem mitos de que a violação se encontra associada ao exercício de força física, descurando, deste modo, de manobras psicológicas de intimidação, como a coação verbal, a manipulação e a chantagem (Oliveira et al., 2023). Porventura, pelas razões já elencadas, deste tema ainda se saiba, pois, quase nada, dada a sua muito parca representação estatística e na investigação científica (Carvalho & Brazão, 2020; Oliveira et al., 2023). Reconhece-se, assim, imperiosa uma conceptualização mais inclusiva da violência sexual (Turchik et al., 2015).

Paralelamente, trata-se de facto pouco discutido que, na conjugalidade, também existe violência (em geral) de mulheres sobre homens (Casimiro, 2013). Dados da APAV (2019) revelam que, em Portugal, entre 2013 a 2018, o número de vítimas de violência doméstica do sexo masculino aumentou 33,4% e mais de metade tendo como agressor o cônjuge. O problema da violência entre casais heterossexuais envolve-se bifacetado e tanto o homem como a mulher poderão usar da violência ou, inversamente, ser vítimas dela, embora não forçosamente da mesma forma ou com igual frequência (Casimiro, 2008, 2013, 2004).

Entre estudantes universitários, são três vezes mais elevadas as taxas de violência sexual do que na restante população (Aronowitz et al., 2012). Muitos estudantes do ensino superior consideram, inclusivamente, desnecessária a obtenção de consentimento nos relacionamentos amorosos contínuos (Beres, 2014; Humphreys, 2004; Humphreys & Herold, 2007).

Algumas pesquisas indicam que as estudantes universitárias correm um maior risco comparativamente a outras jovens da sua idade (DeKeseredy & Schwartz, 1998; Koss, 1988). Calcula-se que, nos Estados Unidos da América, 3% a 20% das mulheres são vítimas de violência sexual durante os anos na universidade (Stotzer & MacCartney, 2015), o que leva a crer que, para uma grande parte dos estudantes universitários, não estava clara a noção de relação sexual com e sem consentimento.

Em Portugal, um estudo recente levado a cabo pela Federação Académica de Lisboa (FAL) (2019) também constatou desinformação entre jovens universitários. Inquiriu 1.052 estudantes em Lisboa, designadamente, das Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa. Das 955 respostas válidas em relação à questão do consentimento sexual, fez-se evidente que a compreensão do consentimento não era plenamente esclarecida: 82,11% dos estudantes assumiram como violência sexual alguém dar continuidade à relação sexual se a outra adormecer; 77,59% reconheceram ser violência sexual se um(a) docente tocar nas mamas de um(a) aluno(a) com o objetivo de lhe explicar um ato médico; 61,41% consideraram violência se vissem limitada a sua forma de vestir pelo parceiro; 72,66% não acharam ser violência sexual pedir consentimento para atividades sexuais a (potencial) parceiro embriagado e 73,47% não julgaram constituir violência sexual solicitar fotografias dos genitais ao parceiro (FAL et al., 2019).

Neste contexto, muitos estudos vêm encontrando, consistentemente, uma relação entre a utilização do álcool e a vitimização sexual nas jovens universitárias (Abbey, 2015; Jozkowski & Peterson, 2013; Koss et al., 2021; Krebs et al., 2009; Muehlenhard et al., 2016).

Um estudo nacional sobre violência no namoro, que apurou importantes indicadores sobre o reconhecimento desta realidade, verificou replicação de atitudes comportamentais legitimadas pela própria sociedade (Rodrigues et al., 2020). Por exemplo, numa relação íntima, o exercício de controlo sobre o outro entre jovens ainda prevalece e é tido como sinónimo de preocupação e amor (Rodrigues et al., 2020). Esta forma de encarar com naturalidade o “não consentimento” provém, segundo este estudo, de perceções relativas a ideias transmitidas, por vezes, entre pares, pela família, pela comunicação social e, também, pela escola (Rodrigues et al., 2020).

Estudos internacionais de jovens estudantes universitárias revelaram que mais de metade dessas mulheres relataram experiências de vitimização sexual, muitas delas passaram situações de atividade sexual sem consentimento, com requisitos legais para se considerar uma violação sexual (Fisher et al., 2010; Koss et al., 1987).

Dados estatísticos da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que, em 133 países estudados, uma em cada três mulheres (aproximadamente 736 milhões) estiveram, em algum momento da sua vida, expostas à violência sexual na intimidade por parte do parceiro ou de outra pessoa (OMS, 2014).

Vivemos numa sociedade em que nos relacionamos uns com os outros de forma desigual e é a partir dessas relações que a sociedade se organiza. Logo, pela sua complexidade, existe muita dificuldade em balizar o consentimento sexual verdadeiro, definido de forma independente, por oposição a relações cujas tónicas predominantes recaem em dominação, opressão e assimetrias (Biroli, 2018; Gregori, 2014).

Numa perspetiva feminista, diferenças de género no acordo do consentimento sexual assentam na interação social e no poder (Anderson, 2005; Cannon et al., 2015).

As perspetivas feministas interativas sustentam a ideia de que o género é construído através das dinâmicas de poder entre parceiros, com comportamentos de violência (Anderson, 2005; Cannon et al., 2015; Conroy et al., 2015). Ora, o feminismo tem lutado para que homens e mulheres, nas suas diferenças, possam ser vistos como equivalentes. Esta é a filosofia feminista, desde que surgiram os primeiros problemas e questões nas relações de género (Scott, 1986).

Segundo Jeffrey (2022), a sexualidade somente baseada no modelo de consentimento não garante reciprocidade nem igualdade, tão-pouco reduz, por si só, o risco de violência. A autora explica como, em inúmeros casos, a fim de não defraudarem expectativas, especialmente quando mantêm com alguém uma relação íntima, mulheres e, mesmo, meninas cedem a pressões enraizadas de ordem vária e acabam por concordar, consentir ou, mesmo,

tolerar sexo indesejado com essa pessoa, perdendo, deste modo, o controlo sobre um processo que deve ser, em todos os níveis, partilhado e não unilateral (Jeffrey, 2022, p. 482). Trata-se de assunção demasiado “otimista” e, por conseguinte, perigosa o acreditar que uma prática sexual, só porque é consentida, nunca sucumbe a dinâmicas desiguais de poder que resultam em submissão/ dominação contrárias à *real* vontade da parte de quem a consente (Jeffrey, 2022; Kessel, 2020). Ao confundir papéis, a superficialidade deste “otimismo cruel” compromete a agência, arriscando até, em última análise, facilitar a violência sexual (Kessel, 2020). Por outras palavras, no reverso da medalha, enquanto instrumento de decisão que pressupõe igualdade na aplicação, quando essa igualdade é apenas “virtualmente” existente, o consentimento sexual mostra-se ambíguo (Banerjee & Rao, 2022). Não invalida a ocultação ou acentuação de assimetrias endógenas, seja por eventuais limitações de autonomia de cada um, seja por desequilíbrios de poder entre parceiros (Kukla, 2021). Por exemplo, em relações sexuais heterossexuais, mesmo consentidas, muitas mulheres, no próprio casamento – que é, por vezes, visto como “área cinzenta” –, sofrem com relações sexuais que não desejaram (sobre as quais julgam exercer controlo, mas que, na realidade, não exercem), doutra forma, mais claramente reconhecidas pelos outros e por elas mesmas como crime de violação (Beres, 2007; Gracia, 2022; Gracia et al., 2020; Margolin et al., 1989; Zaccour, 2023). Isto ocorre sobretudo porque a socialização do papel de género na cultura, sobretudo heteronormativa, obscurece e complexifica, amiúde, o reconhecimento da violência sexual (Bareket & Fiske, 2023; Ben-David & Schneider, 2005; Durán et al., 2010; Hattery Freetly & Kane, 1995; Humphreys, 2007; León & Aizpurua, 2023; van Anders et al., 2021; Walker, 1997; Zuo et al., 2018). Consentimento sexual corresponde, pois, a um conceito eticamente crucial, mas não ideal do ponto de vista epistemológico (Kukla, 2021).

Os encontros sexuais resultam, pois, de interações que, habitualmente, seguem sequências previsíveis ou “*scripts*” (Gagnon & Simon, 1973; Simon & Gagnon, 2002). Com significados socialmente construídos, *scripts* sexuais, ao direcionarem ou guiarem ações humanas, detêm, pois, um relevo inegável no âmbito do consentimento sexual (Frith, 2009; Frith & Kitzinger, 2001; Hust et al., 2017; Jozkowski & Peterson, 2013; Simon & Gagnon, 2002; Wiederman, 2015). Funcionalmente, o conceito de *script* aproxima-se do de representações sociais, com modelos do conhecimento adquirido através da experiência (Moscovici, 1988).

Sociologicamente, sexualidade integra um processo social e não tanto apenas natural ou psicológico, em que os significados são relativos, consoante os contextos sociais onde são construídos (Bozon, 2001). Logo, enquanto metáfora de “guiões” sociais – ainda que não

destituída de limitações –, o estudo dos *scripts* sexuais concorre para aprofundar o entendimento de como as pessoas orientam comportamentos e cognições nas práticas sexuais (Wiederman, 2015).

1.3 Pertinência do estudo

Hoje, em que as relações tendem a uma maior e mais regular negociação, crê-se haver mais liberdade de construção desses *scripts*, contribuindo para clarificar a capacidade de entendimento na negociação dos relacionamentos íntimos (Simon & Gagnon, 2003).

Consentimento sexual vem recebendo progressiva atenção na ciência; estudos transdisciplinares, da sociologia à psicologia, passando pelo direito, as ciências da saúde e as ciências da linguagem, entre muitas outras, têm disponibilizado informações e novos dados com vista a contribuir para minimizar o problema da coerção e violência sexuais, bem como para difundir a importância da liberdade sexual nas relações afetivas/ íntimas entre parceiros (Beres, 2007; Bonagura, 2023; Czechowski et al., 2022; Kubota & Nakazawa, 2022; Muehlenhard et al., 2016). Atualmente, consentimento sexual corresponde, já, a uma disciplina específica (Fenner, 2017).

Em 2007, para procurar medir comportamentos e atitudes de mulheres e homens heterossexuais relativas ao consentimento sexual, Humphreys e Herold desenvolveram a primeira escala de consentimento sexual: a *Sexual Consent Scale* (SCS), mais tarde revista, *Sexual Consent Scale – Revised* (SCS-R), o que incitou estes investigadores a colocar hipóteses quanto à compreensão do consentimento sexual, à importância do consentimento explícito e direto e também nas relações de intimidade e de compromisso (Humphreys & Brousseau, 2010; Humphreys & Herold, 2007).

A SCS-R mede, pois, crenças, atitudes e comportamentos dos indivíduos em relação ao consentimento sexual e como deve ser negociado entre parceiros sexuais. Até agora, em Portugal, não existia, contudo, um instrumento para avaliação do conceito o de consentimento sexual. Assim, o objetivo principal deste trabalho foi adaptar e avaliar o comportamento psicométrico da SCS-R (Humphreys & Brousseau, 2010) junto de uma amostra da população portuguesa, verificando o seu potencial de utilização, tanto na prática clínica como na investigação.

O presente trabalho realizou, assim, estudos psicométricos preliminares da adaptação da versão portuguesa da SCS-R (Humphreys & Brousseau, 2010), nomeadamente a Escala de

Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) (Martins et al., 2012) e a *Sexual Experiences Survey – Short Form Victimization* (SES-SFV) (Koss et al., 2007).

Embora não constitua, em si mesmo, a solução para o flagelo da violência sexual, como já referido, o consentimento sexual ajuda a evitá-la, ao mesmo tempo que concorre para salvaguardar a dignidade, o respeito e a liberdade sexual entre parceiros. Assim, crê-se que a versão portuguesa da SCS-R contribuirá para orientar muitos profissionais na preparação de intervenções mais eficazes, de olhos postos na prevenção e redução da violência sexual em Portugal. Pretende-se que esta escala possa constituir-se, ainda, num instrumento útil a investigadores e outros estudiosos que pretendam expandir o conhecimento e trazer, à ciência, novos dados e discernimentos sobre consentimento sexual.

Método

2.1 Participantes

Este estudo seguiu um método de amostragem não probabilístico, por conveniência. Os instrumentos utilizados foram inquéritos por questionário. O questionário por desdobrou-se em cinco partes.

Os critérios de inclusão da amostra foram ter mais de 18 anos de idade e exercer o domínio da língua portuguesa.

Todos os participantes deram o seu consentimento informado.

A amostra compôs-se de 420 sujeitos adultos, de ambos os sexos. A média de idades foi de 39,82 anos, variando entre um mínimo de 19 e um máximo de 74 anos. A maioria era do género feminino (68.9), licenciada (43.3%), empregada (65.2%) e encontrava-se casada ou em união de facto (42.9%). Em termos de orientação sexual, os heterossexuais representaram 85.7% das respostas.

Tabela 1 Caraterização sociodemográfica

	<i>N=420</i>	%
Idade (M; DP)	39,82	14,38
<i>Género</i>		
Feminino	288	68,90
Masculino	130	31,10
<i>Escolaridade</i>		
≤ 3º ciclo	11	2,60
Secundário	138	32,90
Licenciatura	182	43,30
Mestrado	77	18,30
Doutoramento	12	2,90
<i>Situação profissional</i>		
Empregado	274	65,20
Desempregado	32	7,60

Estudante	70	16,70
Trabalhador estudante	44	10,50
<i>Estatuto relacional atual</i>		
Sem relacionamento	95	22,60
Namoro	111	26,40
Relações ocasionais	34	8,10
União de facto/casamento	180	42,90
<i>Orientação Sexual</i>		
Heterossexual	359	85,70
Homossexual	24	5,70
Bissexual/Outras	36	8,60

Sete participantes que não responderam a mais de 20% do questionário sobre consentimento sexual foram excluídos do estudos. Salienta-se que esta recolha também permitiu o resguardo da privacidade desses participantes, que assim o entenderam fazer. A amostra foi parcialmente recolhida com formulário em papel junto de turmas do 2.º ano da licenciatura em psicologia da EPCV, através de um método de amostragem não probabilístico por conveniência e também através de bola de neve, via divulgação de formulário em formato online (plataforma *Google Forms*), nas redes sociais e por email. A recolha ocorreu no ano letivo de 2020-2021.

2.2 Instrumentos

1 – Questionário da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS)

O questionário baseado ECVS (Martins et al., 2012) é composto por uma escala de 30 itens.

A ECVS aplica-se para medir o grau de tolerância e ou aceitação do indivíduo em relação ao uso de violência sexual. No caso de a pontuação total da escala ser muito elevada, maior será o grau de tolerância e ou aceitação do indivíduo em relação ao uso de violência sexual. A consistência interna da escala, obtida através do coeficiente alpha de Cronbach é, segundo os dados recolhidos no estudo-piloto, de .91 e, no segundo estudo, de 0.908.

Os resultados apontam para a existência de cinco fatores que, no seu conjunto, explicam 48.602% da variância dos resultados no primeiro estudo e 48.896% no segundo.

Os investigadores concluíram a relevância estatística de cada um dos cinco fatores da seguinte forma: o fator 1 explica 13.492% da variância comum no primeiro estudo e 14.197% no segundo. O fator 2 explica 10.741% da variância comum no primeiro estudo e 10.794% no

segundo. O fator 3 explica 8.650% da variância comum no primeiro estudo e 9.070% no segundo. O fator 4 explica 8.322% da variância comum no primeiro estudo e 7.579% no segundo. O fator 5 explica 7.397% da variância comum no primeiro estudo e 7.256% no segundo.

No nosso estudo, a SCS-R apresentou uma boa consistência interna, sendo que o seu score total obteve um valor alfa de Cronbach de .88. Relativamente aos fatores, os valores de consistência interna mostraram-se adequados, ou seja, Fator 1: Atitude alfa de Cronbach é de .91; Fator 2 Controlo comportamental percebido alfa de Cronbach é de .94; Fator 3 Normas do Consentimento Sexual (6 itens), alfa de Cronbach é de .82; Fator 4 alfa de Cronbach é de .77 e Fator 5: Consciência do consentimento alfa de Cronbach é .78.

2 – Questionário da Escala de Consentimento Sexual – Revista (SCS-R)

(Humphreys & Brousseau, 2010)

Este questionário da Escala de Consentimento Sexual – Revista (SCS-R) inclui 39 itens, face aos iniciais 50 itens.

A escala mede diferentes dimensões do consentimento sexual, designadamente: comunicação (verbal e/ou não-verbal), consentimento voluntário e desejo de envolvimento em qualquer tipo de atividade sexual. Esta escala SCS-R é comumente utilizada para medições sobre como o consentimento sexual é negociado entre os parceiros nas relações de intimidade, medindo, paralelamente, crenças, atitudes e comportamentos. Esta escala SCS-R é muito utilizada para medir atitudes e normas relacionadas com a temática do consentimento sexual.

Nas instruções, pede-se aos participantes que classifiquem as suas declarações numa escala de Likert de 7 pontos, podendo variar entre se concordam fortemente ou se discordam fortemente. Também inclui cinco subescalas, para medir a falta de perceção ou a perceção do controlo comportamental acerca do consentimento; a atitude positiva em relação a dar o consentimento; a abordagem comportamental indireta ao consentimento; as normas de consentimento sexual e a consciencialização e a discussão do consentimento sexual (Humphreys & Brousseau, 2010).

3 – Questionário da Sexual Experiences Survey – Short Form Victimization (SES-SFV)

(Koss et al., 2007)

O instrumento tem como objetivo fazer uma estimativa da frequência dos contactos sexuais indesejados e a sua tipologia, bem como medir quais as estratégias aplicadas diante do acontecimento dos vários tipos de contactos indesejados. Paralelamente, também permite conhecer alguns aspetos mais importantes sobre a prevalência de vitimização sexual, categorizando-a, designadamente como “as não vítimas”, “as vítimas de toques sexuais indesejados”, “as vítimas de coerção sexual” e, ainda, “as vítimas de tentativa de violação” e por fim “as vítimas de violação” (Koss et al., 2007).

O Questionário SES tem, de facto, duas versões que avaliam a vitimização. Os autores desenvolveram outras duas versões para avaliar a perpetração de violência sexual (*Sexual Experiences Survey – Short Form Perpetration – SES-SFP*). Para qualquer uma das duas situações, desenvolveram uma versão mais curta e uma versão mais longa, sendo certo que, para este estudo, se entendeu conveniente utilizar apenas a SES-SFV. As versões curta e longa têm que ver com o contacto ou o não contacto associado às práticas sexuais não desejadas (Koss et al., 1987). No estudo que, aqui, se apresenta, usou-se apenas a versão de vitimização sexual.

Este instrumento compõe-se de sete grupos de questões, devidamente ordenadas, começando com a questão que diz respeito aos contatos sexuais indesejados. Uma segunda questão concerne à prática de sexo oral. A terceira questão é relativa ao sexo vaginal. A quarta questão é acerca de anal. A quinta, sexta e sétimas questões focalizam-se, essencialmente, nas tentativas de prática de sexo oral, de sexo vaginal e de sexo anal, respetivamente. As primeiras cinco questões desdobram-se em mais cinco alíneas, que abrangem o modo estratégico usado para que se possa consumir o comportamento agressivo/abusivo, designadamente, a “pressão verbal”, como dizer mentiras, dizer que vai terminar a relação com ameaças, prometer sobre o seu futuro, sem saber se pode cumprir, ou ainda, pressionar de forma continuada, e de forma verbal, depois de a pessoa ter afirmado não aceitar determinada atividade sexual.

Todas estas questões foram solicitadas do ponto de vista temporal, ou seja, colocadas relativamente a “quantas vezes nos últimos 12 meses” e “quantas vezes desde os 14 anos de idade”.

A questão seis termina com o pedido de especificação do sexo da(s) pessoa(s) que o/a vitimizou. Por fim, na questão número sete, pergunta-se se já aconteceu ter sido violado(a) alguma vez. No nosso estudo, tal como em estudos anteriores, organizámos as respostas de acordo com duas categorias de resposta: não-vítimas, sempre que o participantes respondia que não ter sido vítima de nenhuma forma de vitimização sexual e vítimas, quando respondia

que tinha sido em pelo menos uma das diferentes formas de violência sexual avaliadas pelo questionário. No nosso estudo, o alfa é de .92.

2.3 Procedimento de análise de dados

O tratamento estatístico dos dados foi executado com recurso ao software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) 22.0 for Windows. Inicialmente, realizou-se a estatística descritiva dos itens da versão portuguesa da SCS-R.

Para a prossecução deste estudo, foi pedida autorização aos autores da escala original para a sua tradução e adaptação. Foi previamente aprovado pela Comissão de ética e Deontologia para a Investigação Científica (CEDIC) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e tomou lugar em dois momentos: Este estudo veio dar continuidade a um outro que já tinha iniciado algumas recolhas desde o início abril de 2020.

Além da ficha sociodemográfica, o protocolo de avaliação, incluiu os supramencionados três instrumentos. Com a autorização dos seus autores, a SCS-R foi traduzida e adaptada para a população portuguesa: Escala do Consentimento Sexual – Revista (SCS-R). A tradução ficou a cargo de dois tradutores e a retroversão foi elaborada por uma pessoa bilingue.

A amostra foi parcialmente recolhida com formulário em papel junto de turmas do 2.º ano da licenciatura em psicologia da EPCV, através de um método de amostragem não probabilístico por conveniência e também através do método de bola de neve, através de divulgação de formulário em formato online nas redes sociais e mailing. A recolha ocorreu no ano letivo de 2020-2021.

O facto de o questionário ser preenchido online, considerou-se um meio facilitador, uma vez que este tema do consentimento sexual poderia ter sido considerado um pouco desconfortável para alguns, caso fosse abordado presencialmente. Por esse motivo acreditamos que as pessoas que aceitaram participar tenham respondido de forma mais sincera ao questionário alvo deste estudo.

A primeira parte do protocolo é formada por seis questões sociodemográficas (como a idade, género, nacionalidade, região em que reside, grau de escolaridade, situação profissional, bem como outros dados relacionados com a orientação sexual, estatuto relacional atual e também alguns dados clínicos.

2.4 Análise estatística

As análises foram realizadas no programa de estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 28. Para todos os procedimentos estatísticos, foi estabelecido um nível de significância de 5% ($p < .05$).

Foi realizada uma análise fatorial com vista a confirmar ou refutar a estrutura fatorial do instrumento SCS.

Assim, para aferir as propriedades psicométricas do instrumento, a estrutura relacional foi avaliada através da análise fatorial exploratória sobre a matriz das correlações, com extração dos fatores pelo método das componentes principais, seguida de uma rotação varimax. Para avaliar a validade da análise fatorial exploratória, utilizou-se o critério Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o Teste de Esfericidade de Bartlett (Dziuban & Shirkey, 1974). O índice de KMO indica o quão adequada é a aplicação da AFE para o conjunto de dados (Hair et al., 2019). O KMO é calculado por meio do quadrado das correlações totais dividido pelo quadrado das correlações parciais das variáveis analisadas (Field, 2005). Como regra de interpretação dos índices de KMO, considerou-se valores $< 0,5$ inaceitáveis; valores entre 0,5 e 0,7 medíocres; valores entre 0,7 e 0,8 bons; valores maiores que 0,8 e 0,9 ótimos e excelentes, respetivamente (Hutcheson & Sofroniou, 1999). O teste de esfericidade de Bartlett, por sua vez, avalia em que medida a matriz de (co)variância é similar a uma matriz-identidade (*i.e.*, os elementos da diagonal principal têm valor igual a um e os demais elementos da matriz são aproximadamente zero, o que quer dizer que não apresentam correlações entre si (Field, 2005). Valores do teste de esfericidade de Bartlett com níveis de significância $p < 0,05$ indicam que a matriz é favorável, rejeitando a hipótese nula de que a matriz de dados é similar a uma matriz-identidade.

A validade do constructo, validade convergente e divergente foram calculadas através das correlações do coeficiente de correlação de Pearson (Marôco, 2007). Foi calculada ainda a sensibilidade do instrumento com a análise da normalidade de Kolmogorov-Smirnov e estatísticas descritivas; fidelidade através da análise de consistência interna através do alfa de Cronbach e, por fim, para a comparação de géneros, usou-se o teste não-paramétrico de U de Mann-Whitney.

Resultados

3.1 Estrutura fatorial

Neste estudo, garantiu-se a aplicabilidade do modelo fatorial, usando o teste Kaiser-Meyer-Olkin ($KMO = 0,910$) e o teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 = 9146,513$; $gl = 741$; $p = 0,000$) que confirmaram a possibilidade de utilizar este procedimento estatístico. Procedeu-se à análise de componentes principais que permitiu identificar 8 fatores que explicam 69,74 % da variância total (para *eigenvalues* superiores a 1), sendo que os primeiros três explicam, por si só, mais de metade (53,70%) da variância total acumulada.

Na Figura 1, apresenta-se o gráfico *scree plot*, onde se verifica que os dois primeiros fatores explicam uma grande parte da variância, havendo uma inflexão da curva no segundo fator.

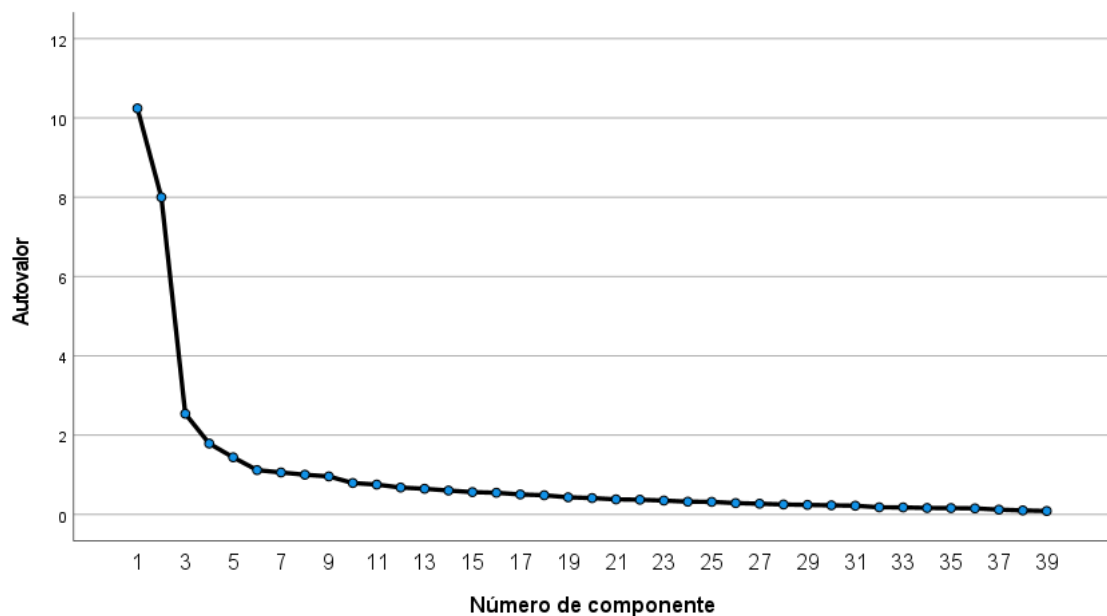


Figura 1 Screen plot para a análise fatorial exploratória da SCS-R (Humphreys & Brousseau, 2010)

A Tabela 2, a seguir, mostra que o primeiro fator é o que explica mais variância (26,26%), o segundo explica 20,51% da variância e o terceiro, 6,51% da variância.

Tabela 2 Variância total explicada

Componentes	Autovalores iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	10,243	26,263	26,263	10,243	26,263	26,263
2	8,000	20,513	46,776	8,000	20,513	46,776
3	2,541	6,515	53,291	2,541	6,515	53,291
4	1,790	4,590	57,881	1,790	4,590	57,881
5	1,442	3,698	61,578	1,442	3,698	61,578
6	1,120	2,871	64,450	1,120	2,871	64,450
7	1,060	2,718	67,168	1,060	2,718	67,168
8	1,003	2,572	69,739	1,003	2,572	69,739
9	,960	2,462	72,201			
10	,794	2,036	74,237			
11	,755	1,935	76,172			
...						
...						
39	,088	,226	100,000			

Tabela 3 *Loadings* da Escala de Consentimento Sexual na análise fatorial forçada a cinco fatores

Itens	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
1. O consentimento sexual deveria ser sempre dado antes de qualquer atividade sexual	,828				
2. É do meu interesse pedir consentimento sexual pois evita possíveis más interpretações	,859				
3. É importante obter o consentimento sexual em qualquer relacionamento, independentemente de já ter havido relações sexuais anteriormente ou não	,859				
4. Pedir consentimento sexual verbalmente deveria acontecer sempre antes de qualquer atividade sexual	,835				
5. Quando se inicia a atividade sexual, deveríamos partir do pressuposto de que não há consentimento sexual	,481			-,418	
6. É necessário pedir consentimento quer para as carícias genitais quer para a penetração sexual	,829				
7. A maioria das pessoas que de quem eu gosto acham que eu deveria pedir consentimento sexual	,603				
8. O consentimento deveria ser pedido antes de qualquer atividade íntima, incluindo beijar e acariciar	,801				
9. É da responsabilidade de ambos/as os/as parceiro/as assegurarem-se que há consentimento sexual antes de iniciarem qualquer atividade sexual	,762			,341	
10. Antes de iniciar a atividade sexual, deve assumir-se o “não” até haver uma indicação clara para se prosseguir	,681				

11. Às vezes não faz mal não se pedir consentimento sexual	-,362	-,429	
12. Eu teria dificuldade em pedir consentimento porque isso iria estragar o momento	,781		
13. Tenho receio que o/a meu/minha parceiro/a me ache esquisito/a ou estranho/a se eu pedir consentimento sexual antes de começar qualquer atividade sexual	,817		
14. Eu teria dificuldade em pedir consentimento porque isso não faz parte da forma como eu gosto de começar uma interação sexual	,766		
15. Tenho receio que achassem estranho ou esquisito se soubessem que eu tinha pedido consentimento sexual antes de iniciar uma atividade sexual	,854		
16. Eu acho que pedir verbalmente consentimento sexual é confrangedor	,789		
17. Eu não tenho pedido (nem dado consentimento sexual) porque receio que o outro reaja mal e acabemos por não nos envolvermos sexualmente	,818		
18. Pedir consentimento sexual diminui o prazer do encontro	,737		
19. Eu teria muita dificuldade em verbalizar o meu consentimento num encontro sexual porque sou muito tímido/a	,770		
20. Eu acredito que me sentiria confortável em pedir consentimento sexual a um/a novo/a parceiro/a	-,532		-,353
21. Não pediria consentimento sexual ao/à meu/minha parceiro/a porque faria de mim o elemento “ativo” da relação sexual	,642	,357	
22. Conseguiria facilmente pedir consentimento sexual ao/à meu/minha parceiro/a atual (ou, no futuro, caso não esteja numa relação)	-,558		-,355
23. Pedir consentimento sexual é mais importante numa relação nova do que num relacionamento duradouro		,766	
24. O consentimento sexual é mais importante num encontro sexual casual do que num relacionamento com compromisso		,765	
25. A necessidade de pedir consentimento sexual diminui à medida que a intimidade do relacionamento aumenta		,782	
26. É suficiente pedir consentimento sexual no início do encontro sexual		,601	
27. Só quando há penetração é que é necessário pedir consentimento sexual verbal e explícito	,568		
28. É menos provável os/as parceiros/as pedirem consentimento sexual à medida que o relacionamento se prolonga no tempo		,470	,461
29. Se houver consentimento sexual para a penetração, então as carícias são permitidas		,355	,333
30. Tipicamente, eu comunico o consentimento sexual ao(s)/à(s) meu(s)/minha(s) parceiro(s)/a(s) através de sinais não verbais e linguagem corporal	,333		,695
31. É fácil entender os sinais não verbais do(s)/a(s) meu(s)/minha(s) parceiro(s)/a(s) como indicação de consentimento ou não consentimento da atividade sexual	,315		,701
32. Tipicamente faço avanços sexuais como forma de pedir consentimento e espero pela reação da outra pessoa para saber se devo continuar ou não			,696
33. Eu não tenho de perguntar ou pedir ao/à meu/minha parceiro/a sexual consentimento porque ele/a me conhece suficientemente bem.		,604	,334
34. Eu não tenho de perguntar ou dar ao/à meu/minha parceiro/a consentimento sexual porque eu tenho muita confiança nele/a	,316	,610	,312
35. Eu peço sempre consentimento sexual antes de iniciar qualquer encontro sexual.	-,469		-,334
36. Eu já falei sobre temas relacionados com o consentimento sexual com amigo(s)/a(s)	,318		,829
37. Eu já ouvi outras pessoas falarem sobre estes temas do consentimento sexual	,322		,777
38. Eu já discuti sobre estes temas com o/a meu/minha atual parceiro/a (ou com o/a mais recente) noutros momentos que não durante a relação sexual	,302		,740
39. Eu ainda não pensei muito sobre o tema do consentimento sexual	-,319		,468

A confiabilidade dos resultados da escala foi avaliada através da análise da consistência interna pelo cálculo do coeficiente Alfa de Cronbach. Foi ainda calculado o coeficiente de correlação de Pearson para verificar a correlação entre os fatores identificados e a escala global. Para aferir se a estrutura do estudo original se mantinha, foi efetuada uma análise de

componentes principais, com extração forçada de 5 fatores, com rotação varimax. Primeiramente, foi necessário excluir os itens que saturavam simultaneamente em vários fatores. Assim sendo, foram excluídos o item 11 (que pertencia ao Fator 1, na versão original), os itens 20 e 22 (que pertenciam ao Fator 2, na versão original) e o item 35 (que pertencia ao Fator 4, na versão original). Deste modo, a escala total ficou composta por 35 itens.

3.2 Fidelidade

A fidelidade corresponde à correlação entre os vários itens que constituem a medida em estudo (Coutinho, 2016). Foi seguido o critério recomendado nas correlações inter-item e item-total para cada subescala de 0.70 e 0.40, respetivamente, e ainda de 0.25 nos valores de *squared multiple correlation*, desde que a eliminação desse item não baixasse o valor de alfa de Cronbach da subescala.

A SCS-R apresentou uma boa consistência interna, sendo que o seu score total obteve um valor alfa de Cronbach de .88.

Foi preciso excluir os itens que saturavam simultaneamente em vários fatores. Assim sendo, foram excluídos o item 11 (que pertencia ao Fator 1, na versão original), os itens 20 e 22 (que pertenciam ao Fator 2, na versão original) e o item 35 (que pertencia ao Fator 4, na versão original). A escala total ficou, então, composta por 35 itens.

Relativamente aos fatores, os valores de consistência interna mostraram-se adequados, como se pode ver abaixo. Obteve-se, assim, uma estrutura fatorial constituída por cinco fatores, muito semelhantes à escala original:

a) Fator 1: Atitude positiva face ao consentimento (10 itens), constituído pelos itens 1 a 10.

O alfa de Cronbach é de .91. Na escala original o valor de α 1.

Os itens considerados foram os seguintes:

1. O consentimento sexual deveria ser sempre dado antes de qualquer atividade sexual.
2. É do meu interesse pedir consentimento sexual pois evita possíveis más interpretações.
3. É importante obter o consentimento sexual em qualquer relacionamento, independentemente de já ter havido relações sexuais anteriormente ou não.
4. Pedir consentimento sexual verbalmente deveria acontecer sempre antes de qualquer atividade sexual.
5. Quando se inicia a atividade sexual, deveríamos partir do pressuposto de que não há consentimento sexual.
6. É necessário pedir consentimento quer para as carícias genitais quer para a penetração sexual.

7. A maioria das pessoas que de quem eu gosto acham que eu deveria pedir consentimento sexual.
8. O consentimento deveria ser pedido antes de qualquer atividade íntima, incluindo beijar e acariciar
9. É da responsabilidade de ambos os/as parceiro/as assegurarem-se que há consentimento sexual antes de iniciarem qualquer atividade sexual.
10. Antes de iniciar a atividade sexual, deve assumir-se o “não” até haver uma indicação clara para se prosseguir.

- b) Fator 2: (Pouco) Controlo comportamental percebido (10 itens), constituído pelos itens 12 a 19 e 21. O alfa de Cronbach é de .94. Na escala original, o valor de $\alpha = .84$

Os itens considerados foram os seguintes:

12. Eu teria dificuldade em pedir consentimento porque isso iria estragar o momento.
13. Tenho receio que o/a meu/minha parceiro/a me ache esquisito/a ou estranho/a se eu pedir consentimento sexual antes de começar qualquer atividade sexual.
14. Eu teria dificuldade em pedir consentimento porque isso não faz parte da forma como eu gosto de começar uma interação sexual.
15. Tenho receio que achassem estranho ou esquisito se soubessem que eu tinha pedido consentimento sexual antes de iniciar uma atividade sexual.
16. Eu acho que pedir verbalmente consentimento sexual é confrangedor.
17. Eu não tenho pedido (nem dado consentimento sexual) porque receio que o outro reaja mal e acabemos por não nos envolvermos sexualmente.
18. Pedir consentimento sexual diminui o prazer do encontro.
19. Eu teria muita dificuldade em verbalizar o meu consentimento num encontro sexual porque sou muito tímido/a.
21. Não pediria consentimento sexual ao/à meu/minha parceiro/a porque faria de mim o elemento “ativo” da relação sexual.

- c) Fator 3: Normas do Consentimento Sexual (6 itens), constituído pelos itens 23 a 26, 28, e 29. O alfa de Cronbach é de .82. Na escala original, o valor de $\alpha = .78$

Os itens considerados foram os seguintes:

23. Pedir consentimento sexual é mais importante numa relação nova do que num relacionamento duradouro.
24. O consentimento sexual é mais importante num encontro sexual casual do que num relacionamento com compromisso.
25. A necessidade de pedir consentimento sexual diminui à medida que a intimidade do relacionamento aumenta.
26. É suficiente pedir consentimento sexual no início do encontro sexual.
28. É menos provável os/as parceiros/as pedirem consentimento sexual à medida que o relacionamento se prolonga no tempo.
29. Se houver consentimento sexual para a penetração, então as carícias são permitidas.

- d) Fator 4: Aproximação comportamental indireta (4 itens), constituído pelos itens 30 a 34. O alfa de Cronbach é de .77. Na escala original, o valor de $\alpha = .67$

31. Tipicamente, eu comunico o consentimento sexual ao(s)/à(s) meu(s)/minha(s) parceiro(s)/a(s) através de sinais não verbais e linguagem corporal

- 32. Tipicamente, faço avanços sexuais como forma de pedir consentimento e espero peça reação da outra pessoa para saber se devo continuar ou não.
- 33. Eu não tenho de perguntar ou pedir ao/à meu/minha parceiro/a sexual consentimento porque ele/a me conhece suficientemente bem.
- 34. Eu não tenho de perguntar ou dar ao/à meu/minha parceiro/a consentimento sexual porque eu tenho muita confiança nele/a.

e) Fator 5: Consciência do consentimento (4 itens, constituído pelos itens 36 a 39. O alfa de Cronbach é de .78. Na escala original, o valor de $\alpha = .71$

Os itens considerados foram os seguintes:

- 36. Eu peço sempre consentimento sexual antes de iniciar qualquer encontro sexual.
- 37. Eu já falei sobre temas relacionados com o consentimento sexual com amigo(s)/a(s).
- 38. Eu já discuti sobre estes temas com o/a meu/minha atual parceiro/a (ou com o/a mais recente) noutros momentos que não durante a relação sexual.
- 39. Eu ainda não pensei muito sobre o tema do consentimento sexual.

Verificou-se que, apesar de a correlação item-total nos itens 5 (F1), 29 (F3) e 33(F4) ser mais baixas e a remoção do item poder conduzir a uma ligeira melhoria do alfa de Cronbach, julgou-se por bem manter estes itens pois não prejudica a solução final e fica em consonância com o estudo original. No geral, pode afirmar-se que os itens apresentam indicadores de fidelidade adequados (*vide* Tabelas), representado, assim, adequadamente o constructo pretendido (Kline, 2004). Acima, encontra-se a Tabela 3 com as correlações item-total e com o alfa de Cronbach, caso o item fosse removido do fator.

3.3 Comparação de médias

Efetuaram-se dois testes-t para amostras independentes de modo a comparar os resultados nas diferentes escalas de consentimento sexual em função do género. Os resultados mostram que houve diferenças nos resultados do Fator 1 (Atitude positiva face ao consentimento) [$t(416) = -2.492, p < .01.$] entre os participantes do género masculino ($M = 1.49$; $DP = 0.46$) e os do género feminino ($M = 1.39$; $DP = 0.34$). Relativamente aos seguintes fatores, não se verificaram diferenças significativas entre o género masculino e feminino:

Fator 2 (Controlo comportamental percebido) [$t(409) = -1.535, p > .05.$]; género masculino ($M = 1.49$; $DP = 0.46$) e os do género feminino ($M = 1.39$; $DP = 0.34$).

Fator 3 (Normas do Consentimento Sexual) [$t(407) = -1.347, p > .051.$]; género masculino ($M = 1.49$; $DP = 0.46$) e os do género feminino ($M = 1.39$; $DP = 0.34$).

Fator 4(Aproximação comportamental indireta) [$t(407) = 0.263, p > .05.$] e género masculino ($M = 1.49; DP = 0.46$) e os do género feminino ($M = 1.39; DP = 0.34$).

Fator 5 (Consciência do consentimento) [$t(410) = 1.327, p > .05.$] género masculino ($M = 1.49; DP = 0.46$) e os do género feminino ($M = 1.39; DP = 0.34$).

Verificou-se que, quanto aos valores assumidos pelo teste t , apenas foram encontrados resultados positivos nos Fatores 4 e 5, o que demonstra o peso destes na SCS-R.

Apesar de a correlação item-total nos itens 5, 29, 29 e 33 ser mais baixa e a remoção do item poder conduzir a uma ligeira melhoria do alfa de Cronbach, optou-se por manter estes itens pois não prejudicam a solução final e preserva-se, assim, consonância com o estudo original. No geral, pode afirmar-se que os itens apresentaram indicadores de fidelidade adequados (*vide* Tabelas abaixo), representado, assim adequadamente, o constructo pretendido (Kline, 2004). Abaixo, a Tabela 4 mostra as correlações item-total e com o alfa de Cronbach, caso o item fosse removido do fator.

Tabela 4 Estatística – se item 11 eliminado do Fator 1 (Atitude Positiva face ao Consentimento)

Item	Correlação de Item-total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
SCSR.1	,771	,761	,902
SCSR.2	,807	,798	,900
SCSR.3	,821	,817	,899
SCSR.4	,755	,625	,903
SCSR.5	,346	,206	,928
SCSR.6	,794	,674	,900
SCSR.7	,518	,348	,916
SCSR.8	,753	,652	,903
SCSR.9	,727	,691	,905
SCSR.10	,643	,517	,909

Tabela 5 Estatística – se item 11 eliminado do Fator 2

Item	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
SCSR.12	19,20	126,825	,797	,682	,926
SCSR.13	19,26	128,837	,781	,658	,927
SCSR.14	19,15	126,950	,786	,688	,927
SCSR.15	19,59	128,389	,842	,720	,924
SCSR.16	19,12	127,218	,793	,643	,926
SCSR.17	19,69	133,264	,769	,627	,928
SCSR. 18	19,62	134,196	,737	,564	,930
SCSR.19	19,57	135,558	,711	,543	,931
SCSR.21	19,69	138,569	,616	,439	,936

Tabela 6 Estatística – se item 20 eliminado do Fator 2 (Perda de controlo comportamental percebido)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
SCSR.12	19,20	126,825	,797	,682	,926
SCSR.13	19,26	128,837	,781	,658	,927
SCSR.14	19,15	126,950	,786	,688	,927
SCSR.15	19,59	128,389	,842	,720	,924
SCSR.16	19,12	127,218	,793	,643	,926
SCSR.17	19,69	133,264	,769	,627	,928
SCSR.18	19,62	134,196	,737	,564	,930
SCSR.19	19,57	135,558	,711	,543	,931
SCSR.21	19,69	138,569	,616	,439	,936
SCSR.27	21,86	164,592	,530	,344	,936

Tabela 7 Estatística – se item 22 eliminado do Fator 2 (Perda de controlo comportamental percebido)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
SCSR.12	20,94	144,498	,787	,683	,924
SCSR.13	21,01	146,606	,771	,659	,925
SCSR.14	20,89	144,541	,778	,689	,925
SCSR.15	21,34	145,807	,840	,720	,922
SCSR.16	20,87	144,735	,788	,643	,924
SCSR.17	21,43	150,680	,777	,634	,925
SCSR.18	21,37	151,653	,745	,579	,927
SCSR.19	21,31	153,135	,718	,549	,928
SCSR.21	21,44	156,100	,630	,456	,932
SCSR.27	21,86	164,592	,530	,344	,936

Tabela 8 Estatística – se item 27 eliminado do Fator 3 (Normas do Consentimento)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
SCSR.23	18,98	56,410	,665	,552	,779
SCSR.24	18,97	53,586	,712	,601	,767
SCSR.25	18,53	54,641	,717	,540	,767
SCSR.26	19,38	65,116	,476	,241	,817
SCSR.28	17,77	61,373	,543	,331	,805
SCSR.29	18,51	63,419	,437	,223	,827

Tabela 9 Estatística – se item 35 eliminado do Fator 4 (Aproximação comportamental indireta)

	Média de	Variância	Correlação	Correlação	Alfa de
--	----------	-----------	------------	------------	---------

	escala se o item for excluído	de escala se o item for excluído	de item total corrigida	múltipla ao quadrado	Cronbach se o item for excluído
SCSR.30	13,51	22,157	,629	,476	,685
SCSR.31	13,52	21,891	,671	,530	,664
SCSR.32	14,07	21,467	,662	,460	,666
SCSR.33	15,18	25,214	,361	,143	,828

Tabela 10 Estatística – se item 35 eliminado do Fator 5 (Consciência do consentimento)

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
SCSR.36	14,48	23,147	,743	,618	,650
SCSR.37	14,42	24,495	,670	,550	,691
SCSR.38	14,45	25,528	,600	,396	,727
SCSR.39_re c	14,14	29,849	,376	,144	,834

Efetuaram-se dois testes-t para amostras independentes de modo a comparar os resultados nas diferentes escalas de consentimento sexual em função do género. Os resultados mostram que houve diferenças nos resultados do Fator 1 [$t(416) = -2.492$, $p < .01$.] entre os participantes do género masculino ($M = 1.49$; $DP = 0.46$) e os do género feminino ($M = 1.39$; $DP = 0.34$). Relativamente aos seguintes fatores, não se verificaram diferenças entre o género masculino e feminino e os valores encontrados foram Fator 2 [$t(409) = -1.535$, $p > .05$.]; Fator 3 [$t(407) = -1.347$, $p > .051$.]; Fator 4 [$t(407) = 0.263$, $p > .05$.] e Fator 5 [$t(410) = 1.327$, $p > .05$.]

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias							
		Z	Sig.	t	Df	Significância		Diferença média	Erro de diferença padrão	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
						Unilateral p	Bilateral p			Inferior	Superior
SCS_F1	Variâncias iguais assumidas	11,749	<,001	-2,492	416	,007	,013	-,10106	,04055	-,18078	-,02135
	Variâncias iguais não assumidas			-2,226	194,696	,014	,027	-,10106	,04540	-,19060	-,01153
SCS_F2	Variâncias iguais assumidas	9,722	,002	-1,535	409	,063	,126	-,21835	,14226	-,49800	,06129
	Variâncias iguais não assumidas			-1,435	208,243	,076	,153	-,21835	,15219	-,51838	,08167
SCS_F3	Variâncias iguais assumidas	2,948	,087	-1,347	407	,089	,179	-,21750	,16149	-,53497	,09996
	Variâncias iguais não assumidas			-1,285	215,694	,100	,200	-,21750	,16925	-,55111	,11610
SCS_F4	Variâncias iguais assumidas	,938	,333	,263	407	,396	,793	,04247	,16140	-,27480	,35974
	Variâncias iguais não assumidas			,257	228,941	,399	,798	,04247	,16553	-,28369	,36863
SCS_F5	Variâncias iguais assumidas	,466	,495	1,327	410	,093	,185	,23073	,17390	-,11111	,57258
	Variâncias iguais não assumidas			1,309	237,066	,096	,192	,23073	,17632	-,11662	,57809

Tabela 11 Amostras independentes – Teste de Levene para igualdade de variâncias e teste-t para Igualdade de Médias

3.4 Estatísticas descritivas

Tabela 12 Valores Mínimo, Máximo, Média e Desvio Padrão

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
1. O consentimento sexual deveria ser sempre dado antes de qualquer atividade sexual	1	7	5,8	1,859
2. É do meu interesse pedir consentimento sexual pois evita possíveis más interpretações	1	7	5,65	1,825
3. É importante obter o consentimento sexual em qualquer relacionamento, independentemente de já ter havido relações sexuais anteriormente ou não	1	7	5,77	1,807
4. Pedir consentimento sexual verbalmente deveria acontecer sempre antes de qualquer atividade sexual	1	9	4,94	1,987
5. Quando se inicia a atividade sexual, deveríamos partir do pressuposto de que não há consentimento sexual	1	9	3,53	2,066
6. É necessário pedir consentimento quer para as carícias genitais quer para a penetração sexual	1	7	5,17	1,993
7. A maioria das pessoas que de quem eu gosto acham que eu deveria pedir consentimento sexual.	1	9	3,86	1,908
8. O consentimento deveria ser pedido antes de qualquer atividade íntima, incluindo beijar e acariciar	1	7	4,7	1,984
9. É da responsabilidade de ambos os/as parceiro/as assegurarem-se que há consentimento sexual antes de iniciarem qualquer atividade sexual	1	7	5,84	1,722
10. Antes de iniciar a atividade sexual, deve assumir-se o “não” até haver uma indicação clara para se prosseguir	1	7	5,57	1,767
12. Eu teria dificuldade em pedir consentimento porque isso iria estragar o momento	1	7	2,74	1,907
13. Tenho receio que o/a meu/minha parceiro/a me ache esquisito/a ou estranho/a se eu pedir consentimento sexual antes de começar qualquer atividade sexual	1	7	2,65	1,795
14. Eu teria dificuldade em pedir consentimento porque isso não faz parte da forma como eu gosto de começar uma interação sexual	1	7	2,78	1,893
15. Tenho receio que achassem estranho ou esquisito se soubessem que eu tinha pedido consentimento sexual antes de iniciar uma atividade sexual	1	7	2,34	1,714
16. Eu acho que pedir verbalmente consentimento sexual é confrangedor.	1	7	2,77	1,92
17. Eu não tenho pedido (nem dado consentimento sexual) porque receio que o outro reaja mal e acabemos por não nos envolvermos sexualmente	1	7	2,19	1,625
18. Pedir consentimento sexual diminui o prazer do encontro	1	7	2,29	1,652
19. Eu teria muita dificuldade em verbalizar o meu consentimento num encontro sexual porque sou muito tímido/a	1	7	2,37	1,588
21. Não pediria consentimento sexual ao/à meu/minha parceiro/a porque faria de mim o elemento “ativo” da relação sexual	1	9	2,21	1,569
23. Pedir consentimento sexual é mais importante numa relação nova do que num relacionamento duradouro	1	7	3,45	2,129
24. O consentimento sexual é mais importante num encontro sexual casual do que num relacionamento com compromisso	1	7	3,46	2,256
25. A necessidade de pedir consentimento sexual diminui à medida que a intimidade do relacionamento aumenta	1	7	3,9	2,16
26. É suficiente pedir consentimento sexual no início do encontro sexual	1	7	3,05	1,8
27. Só quando há penetração é que é necessário pedir consentimento sexual verbal e explícito	1	7	1,78	1,289
28. É menos provável os/as parceiros/as pedirem consentimento sexual à medida que o relacionamento se prolonga no tempo	1	7	4,66	1,983
29. Se houver consentimento sexual para a penetração, então as carícias são permitidas	1	7	3,91	2,075
30. Tipicamente, eu comunico o consentimento sexual ao(s)/à(s) meu(s)/minha(s) parceiro(s)/a(s) através de sinais não verbais e linguagem corporal	1	7	5,24	1,954
31. É fácil entender os sinais não verbais do(s)/a(s) meu(s)/minha(s) parceiro(s)/a(s) como indicação de consentimento ou não consentimento da atividade sexual	1	7	5,25	1,902
32. Tipicamente faço avanços sexuais como forma de pedir consentimento e espero peça reação da outra pessoa para saber se devo continuar ou não	1	7	4,7	1,973
33. Eu não tenho de perguntar ou pedir ao/à meu/minha parceiro/a sexual consentimento porque ele/a me conhece suficientemente bem	0	7	3,58	2,124
34. Eu não tenho de perguntar ou dar ao/à meu/minha parceiro/a consentimento sexual porque eu tenho muita confiança nele/a	1	7	3,58	2,128
36. Eu peço sempre consentimento sexual antes de iniciar qualquer encontro sexual	1	7	4,69	2,114

37. Eu já ouvi outras pessoas falarem sobre estes temas do consentimento sexual	1	7	4,75	2,091
38. Eu já discuti sobre estes temas com o/a meu/minha atual parceiro/a (ou com o/a mais recente) noutros momentos que não durante a relação sexual	1	7	4,72	2,102
39. Eu ainda não pensei muito sobre o tema do consentimento sexual	1	9	5,02	2,082

Correlações entre subescalas

Foram calculadas correlações entre as diferentes subescalas de modo a verificar se elas mediam aspetos semelhantes do mesmo constructo, sem serem completamente redundantes. A maior parte das correlações encontravam-se abaixo de .40, à exceção das correlações entre F2 (Pouco controlo comportamental percebido) e F3 (Normas do Consentimento Sexual), e entre F2 e F4 (Aproximação comportamental indireta), em que os valores de correlação estavam acima de .40, podendo revelar alguma proximidade e sobreposição de conceitos subjacentes (*vide* Tabelas 12 a 14, a seguir).

Tabela 13 Análise de correlações Pearson

		SCS_F1	SCS_F2	SCS_F3	SCS_F4	SCS_F5
SCS_F1	Correlação de Pearson	1	,305**	,321**	,175**	-,138**
	Sig. (2 extremidades)		<,001	<,001	<,001	,005
	N	420	413	411	411	414
SCS_F2	Correlação de Pearson	,305**	1	,505**	,367**	-,288**
	Sig. (2 extremidades)	<,001		<,001	<,001	<,001
	N	413	413	411	410	412
SCS_F3	Correlação de Pearson	,321**	,505**	1	,591**	-,114*
	Sig. (2 extremidades)	<,001	<,001		<,001	,020
	N	411	411	411	410	411
SCS_F4	Correlação de Pearson	,175**	,367**	,591**	1	,080
	Sig. (2 extremidades)	<,001	<,001	<,001		,107
	N	411	410	410	411	411
SCS_F5	Correlação de Pearson	-,138**	-,288**	-,114*	,080	1
	Sig. (2 extremidades)	,005	<,001	,020	,107	
	N	414	412	411	411	414

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$.

Tabela 14 Coeficientes de correlação

		SCS_ F1	SCS_ F2	SCS_ F3	SCS_ F4	SCS_ F5	ECVS_ F1	ECVS_ F2	ECVS_ F3	ECVS_ F4
SCS_F 1	Correlação de Pearson	1	,305*	,321*	,175*	- ,138*	,798**	,801**	,517**	,787**
	Sig. (2 extremidades)		<,001	<,001	<,001	,005	<,001	<,001	<,001	<,001
	N	420	413	411	411	414	420	420	420	420
SCS_F 2	Correlação de Pearson	,305*	1	,505*	,367*	- ,288*	,345**	,266**	,247**	,198**
	Sig. (2 extremidades)	<,001		<,001	<,001	<,001	<,001	<,001	<,001	<,001
	N	413	413	411	410	412	413	413	413	413
SCS_F 3	Correlação de Pearson	,321*	,505*	1	,591*	- ,114*	,304**	,285**	,269**	,228**
	Sig. (2 extremidades)	<,001	<,001		<,001	,020	<,001	<,001	<,001	<,001
	N	411	411	411	410	411	411	411	411	411
SCS_F 4	Correlação de Pearson	,175*	,367*	,591*	1	,080	,156**	,165**	,186**	,066
	Sig. (2 extremidades)	<,001	<,001	<,001		,107	,001	<,001	<,001	,183
	N	411	410	410	411	411	411	411	411	411
SCS_F 5	Correlação de Pearson	- ,138*	- ,288*	- ,114*	,080	1	-,171**	-,101*	-,071	-,118*
	Sig. (2 extremidades)	,005	<,001	,020	,107		<,001	,039	,151	,016
	N	414	412	411	411	414	414	414	414	414
ECVS_ F1	Correlação de Pearson	,798*	,345*	,304*	,156*	- ,171*	1	,786**	,501**	,594**
	Sig. (2	<,001	<,001	<,001	,001	<,001		<,001	<,001	<,001

	extremida des)									
	N	420	413	411	411	414	420	420	420	420
ECVS_ F2	Correlação de Pearson	,801* *	,266* *	,285* *	,165* *	- ,101*	,786**	1	,501**	,545**
	Sig. (2 extremida des)	<,001	<,001	<,001	<,001	,039	<,001		<,001	<,001
	N	420	413	411	411	414	420	420	420	420
ECVS_ F3	Correlação de Pearson	,517* *	,247* *	,269* *	,186* *	-,071	,501**	,501**	1	,298**
	Sig. (2 extremida des)	<,001	<,001	<,001	<,001	,151	<,001	<,001		<,001
	N	420	413	411	411	414	420	420	420	420
ECVS_ F4	Correlação de Pearson	,787* *	,198* *	,228* *	,066	- ,118*	,594**	,545**	,298**	1
	Sig. (2 extremida des)	<,001	<,001	<,001	,183	,016	<,001	<,001	<,001	
	N	420	413	411	411	414	420	420	420	420

Nota **. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

* $\rho < .05$, ** $\rho < .01$, *** $\rho < .001$.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo realizar a adaptação da versão portuguesa da SCS-R (Humphreys & Brousseau, 2010), um instrumento de autorrelato que mede crenças, atitudes e comportamentos individuais relativos ao consentimento sexual e como deve ser

negociado entre parceiros sexuais. Mais especificamente, foi analisada a validade de constructo, a validade convergente e a fiabilidade da medida numa amostra de adultos portugueses. Por sua vez, foram aferidas as diferenças de género relacionadas com o constructo de consentimento sexual. Este estudo teve como finalidade contribuir para o enriquecimento da literatura na área do consentimento sexual em relações com contacto íntimo/ sexual em Portugal. Além disso, procurou colmatar algumas das lacunas encontradas na literatura, mormente, a, inexistência de instrumentos adaptados para a população portuguesa que avaliassem o consentimento sexual.

Esta escala baseia-se numa conceptualização do consentimento sexual bem definida e sustentada pelos autores, que o percebem como processo discreto em lugar de processo de negociação em curso (Humphreys & Brousseau, 2010). A utilidade desta escala, para o fim a que se destina, inclui as medidas da vontade dos participantes em se envolverem ou não em atos sexuais nas relações de intimidade, e como o fazem, em termos de comunicação (Jozkowski & Peterson, 2014; Jozkowski et al., 2014). A escala é constituída por três subescalas de atitude que avaliam (a) a perceção dos indivíduos sobre as negociações de consentimento sexual, b) as crenças favoráveis sobre o estabelecimento do consentimento antes do início da atividade sexual e c) as crenças sobre as normas que envolvem as negociações de consentimento. As duas subescalas comportamentais avaliam (a) o uso atual de métodos indiretos e não-verbais de negociação de consentimento e (b) a consciência ou discussões gerais que os indivíduos têm sobre o consentimento sexual.

Medir as atitudes e os comportamentos que estão associados ao consentimento sexual é essencial para os estudos que abordam a violência sexual pois a ausência de consentimento é uma característica definidora. Assim, o estudo de Glace et al. (2020)) foi ao encontro do de Humphreys e Brousseau (2010), ao validar a Escala de Consentimento Baseada no Processo, com o sentido de abordar as preocupações associadas aos elementos ausentes das escalas de consentimento existentes. Os resultados indicaram boa validade convergente e concorrente. Investigações futuras devem considerar o uso desta ferramenta para medir atitudes e comportamentos relacionados com consentimento e coerção sexuais.

Apesar de a correlação item-total nos itens 5, 29, 29 e 33 ser mais baixa e a remoção do item poder conduzir a uma ligeira melhoria do alfa de Cronbach, optou-se por manter estes itens, o que não prejudica a solução final e permanece em consonância com o estudo original. Em seu global, pode afirmar-se que os itens apresentam indicadores de fidelidade adequados, representado, assim, adequadamente o constructo pretendido (Kline, 2004). Deste modo, no que respeita à fiabilidade, no geral, a versão portuguesa da SCS-R mostrou possuir

bons valores tanto na consistência interna como na fiabilidade compósita (> 0.7). Neste sentido, o estudo de original de Humphreys e Brousseau (2010) ampliou as pesquisas anteriores sobre o consentimento sexual e reviu a escala à luz da Teoria do Comportamento Planeado (Ajzen, 1991, 2001, 2005). Assim, as propriedades psicométricas da SCS-R foram estabelecidas por meio do uso da análise fatorial, constructo de testes de validade, bem como da consistência interna e confiabilidade teste-reteste, que originaram cinco fatores: controlo comportamental percebido; atitude positiva em relação ao estabelecimento do consentimento; normas de consentimento sexual; comportamentos de consentimento indireto e consciência do consentimento. Os resultados indicaram que a SCS-R pode ser útil para examinar uma variedade de questões de pesquisa relacionadas com consentimento sexual.

No nosso estudo, garantiu-se a aplicabilidade do modelo fatorial, usando o teste Kaiser-Meyer-Olkin e o teste de esfericidade de Bartlett.

Apesar de a análise fatorial exploratória ter indicado existirem dois fatores principais derivados dos itens, escolheu-se manter a estrutura da escala original, como forma de facilitar a interpretação e comparação com estudos internacionais. Foi possível fazê-lo, uma vez que, ao retirar os itens com menor peso fatorial, os restantes indicavam que as dimensões teóricas originais revelavam bons níveis de consistência interna. Por outras palavras, constatou-se correlação entre os itens de cada dimensão, medindo, assim, o que se propôs medir. A adaptação da SCS-R apresentou, assim, uma boa consistência interna. Relativamente aos fatores, os valores de consistência interna mostraram-se adequados.

Os esforços de prevenção de agressão sexual centraram-se, essencialmente, na educação dos indivíduos para obter o consentimento como um mecanismo para reduzir a agressão sexual, apesar das poucas evidências relativas a estudantes universitários. A este aspeto, o estudo de Jozkowski et al. (2014) teve como finalidade entender melhor o consentimento de estudantes universitários, usando uma abordagem sistemática para desenvolver medidas validadas de consentimento sexual. Os seus resultados determinaram que ambas as escalas tiveram alta confiabilidade de consistência interna; diferenças de género e diferenças em relação ao *status* de relacionamento (solteiro vs. num relacionamento). As duas medidas recém-desenvolvidas avaliam construções únicas de consentimento e demonstram avaliações de conceitos específicos.

Foi ainda calculado o coeficiente de correlação de Pearson para verificar a correlação entre os fatores identificados e a escala global. Para verificar se a estrutura do estudo original se mantinha, foi efetuada uma análise de componentes principais, com extração forçada de 5 fatores, com rotação varimax.

Primeiramente, foi necessário excluir os itens que saturavam, simultaneamente, em vários fatores. Assim sendo, foram excluídos o item 11 (que pertencia ao fator 1, na versão original), os itens 20 e 22 (que pertenciam ao fator 2, na versão original) e o item 35 (que pertencia ao fator 4, na versão original). Deste modo, a escala total ficou composta por 35 itens.

O estudo de Rolero et al. (2023) teve como objetivo investigar a relação entre (a) variáveis sociodemográficas, experiências passadas não consensuais e consentimento sexual e (b) atitudes de apoio à violação, numa amostra de 1.042 adultos heterossexuais (42,4% de homens). Um modelo preditivo indicou que os preditores mais relevantes de atitudes de apoio à violação foram o género (ou seja, ser homem) e a maioria das dimensões do consentimento sexual, (falta de) controlo comportamental percebido, normas de consentimento sexual e consciência e discussão. Pelo contrário, manter uma atitude positiva para o estabelecimento do consentimento em encontros sexuais previu negativamente atitudes de apoio à violação. A associação positiva entre género (ou seja, ser do sexo masculino) e (falta de) controlo comportamental percebido revelou-se mais forte entre os participantes que não foram vítimas de experiências sexuais não consensuais passadas do que entre os que o foram. O mesmo ocorreu quando a atitude positiva em relação ao estabelecimento consentimento sexual estava envolvida na interação.

Conclusão

Não foram aplicadas medidas que permitissem avaliar a validade discriminante – futuros estudos deverão fazê-lo. A amostra do presente estudo foi heterogénea, com intervalo

de idades muito abrangente e predominância do género feminino, dificultando, assim, a interpretação dos resultados. Julga-se, por conseguinte, necessário replicar este estudo com amostras mais equitativas em termos da distribuição por sexo e idade, sendo interessante desenvolver, por exemplo, um estudo focado no impacto das diferentes fases de desenvolvimento humano no consentimento sexual, incluindo, também, a população adolescente.

Não foi efetuada uma análise fatorial confirmatória, o que pode vir a ser feito em estudos no futuro. Os trabalhos futuros também deverão contribuir para o processo de validação da DIDS (*Dimensions of Identity Development Scale*), analisando a validade convergente deste instrumento através da correlação com outro que avalie um constructo similar. Por último, não foi avaliada a estabilidade temporal da escala, através da análise comparativa teste-reteste, procedimento que deverá ser incluído em estudos futuros.

Tendo em conta a ausência de dados de pesquisa relacionada com as atitudes básicas, conscientização e abordagens normativas utilizadas relativamente ao consentimento sexual, seria essencial uma escala para avaliar estes elementos. De igual modo, uma escala que avalie os padrões de atitude e comportamento do consentimento sexual estava ainda em fase embrionária, pelo facto de que o consentimento se encontra no centro das avaliações do que é coercivo.

Não obstante, em oficinas ou ambientes de sala de aula, a SCS-R pode ser utilizada como uma ferramenta de ensino com o intuito de apoiar as discussões sobre a negociação de consentimento sexual, falta de comunicação e coerção sexual. Assim, a SCS-R servir para explorar ainda mais as normas que as pessoas utilizam para negociar e solicitar o consentimento sexual.

Pode ser igualmente integrada esta escala em modelos que determinam a probabilidade de cometer ou deixar-se subjugar à pressão sexual como uma variável de diferenças individuais para aumentar o poder preditivo. Da mesma forma, crê-se que a SCS-R contribuirá, de forma significativa, para colmatar a ausência de literatura sobre o consentimento sexual e esperando-se que estudos vindouros se possam centrar numa melhor na compreensão deste consentimento em ambiente contextualizado. Espera-se uma mudança de paradigma que não valorize tanto abordagens somente quantitativas, mas que privilegie outras, também, como as qualitativas abertas.

Deve salientar-se que ainda não existe teoria suficiente na área capaz de informar a construção de instrumentos ainda mais abrangentes da colheita de dados quantitativos. Verificam-se, outrossim, dificuldades de contextualização desses dados. Este estudo poderá,

deste modo, auxiliar na informação aos formuladores de políticas e educadores sobre as atividades sexuais consensuais e não consensuais, preenchendo lacunas prevaletentes na pesquisa em violência sexual. Sem um investimento em maior volume de produção científica, torna-se difícil discutir questões de consentimento em relacionamentos saudáveis, quando a maior parte da pesquisa sobre consentimento se relaciona com a atividade sexual violenta.

Em conclusão: apesar das limitações apontadas, a SCSC-R constitui-se, de facto, num instrumento capaz de gerar vários dados preliminares fiáveis e válidos, podendo ser, por isso, utilizada, em amostra de adultos, por clínicos, comunitários, investigadores e outros profissionais e estudiosos.

Referências

- Abbey, A. (2015). Alcohol-related sexual assault: a common problem among college students. *Journal of Studies on Alcohol, Supplement*, 63(SUPPL. 14), 118–128. <https://doi.org/10.15288/JSAS.2002.S14.118>
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)

- Ajzen, I. (2001). Nature and operation of attitudes. *Annual Review of Psychology*, 52, 27–58. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.27>
- Ajzen, I. (2005). *Attitudes, personality, and behavior* (2nd ed.). Open University Press.
- Amir, M. (1967). Victim Precipitated Forcible Rape. *The Journal of Criminal Law, Criminology, and Police Science*, 58(4), 493. <https://doi.org/10.2307/1141908>
- Anderson, K. L. (2005). Theorizing gender in intimate partner violence research. *Sex Roles*, 52(11–12), 853–865. <https://doi.org/10.1007/S11199-005-4204-X/METRICS>
- APAV. (2017). *Estatísticas APAV: Crimes Sexuais ≥ 18 anos (2013-2016)*. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_CrimesSexuais_2013-2016.pdf
- APAV. (2019). *Estatísticas APAV: Homens Vítimas de Violência Doméstica (2013-2018)*. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Homens_2013_2018.pdf
- APAV. (2022). *O que é violência sexual? Violência Sexual Contra Crianças e Jovens (Projeto CARE plus)*. <https://apav.pt/care/index.php/pt/violencia-sexual-contra-criancas-e-jovens/o-que-e-violencia-sexual>
- Archard, D. (1998). *Sexual Consent*. Westview Press. <https://doi.org/10.4324/9780429497353>
- Aronowitz, T., Lambert, C. A., & Davidoff, S. (2012). The Role of Rape Myth Acceptance in the Social Norms Regarding Sexual Behavior Among College Students. *Journal of Community Health Nursing*, 29(3), 173–182. <https://doi.org/10.1080/07370016.2012.697852>
- Baker, D. (2017). Breach of Consent: Jean Rollin and Le Viol du Vampire. Em D. Baker, S. Green, & A. Stasiewicz-Bieńkowska (Eds.), *Hospitality, Rape and Consent in Vampire Popular Culture* (pp. 107–125). Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-62782-3_7
- Banerjee, D., & Rao, T. S. S. (2022). The Dark Shadow of Marital Rape: Need to Change the Narrative. *Journal of Psychosexual Health*, 4(1), 11–13. <https://doi.org/10.1177/26318318221083709>
- Banyard, V. L., Ward, S., Cohn, E. S., Plante, E. G., Moorhead, C., & Walsh, W. (2007). Unwanted sexual contact on campus: a comparison of women’s and men’s experiences. *Violence and Victims*, 22(1), 52–70. <https://doi.org/10.1891/VV-V22I1A004>
- Barbosa, R. M. (1997). *Negociação sexual ou sexo negociado? Gênero, sexualidade e poder em tempos de AIDS (tese)*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Barbosa, R. M. (1999). Negociação sexual ou sexo negociado? Poder, gênero e sexualidade em tempos de Aids. Em R. M. Barbosa & R. Parker (Eds.), *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder* (pp. 73–88). Editora 34.
- Barbosa, R. M., Villela, W. V., & Uziel, A. P. (1995). Entre a vontade e a necessidade: negociação sexual em tempos de AIDS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 5(1), 99–108. <https://doi.org/10.1590/S0103-73311995000100005>
- Bareket, O., & Fiske, S. T. (2023). A systematic review of the ambivalent sexism literature: Hostile sexism protects men’s power; benevolent sexism guards traditional gender roles. *Psychological Bulletin*, 149(11–12), 637–698. <https://doi.org/10.1037/BUL0000400>

- Beasley, C., Brook, H., & Holmes, M. (2012). *Heterosexuality in Theory and Practice*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203103920>
- Belknap, J. (2010). Rape: Too hard to report and too easy to discredit victims. *Violence Against Women*, 16(12), 1335–1344. <https://doi.org/10.1177/1077801210387749>
- Ben-David, S., & Schneider, O. (2005). Rape perceptions, gender role attitudes, and victim-perpetrator acquaintance. *Sex Roles*, 53(5–6), 385–399. <https://doi.org/10.1007/S11199-005-6761-4/METRICS>
- Beres, M. A. (2007). ‘Spontaneous’ Sexual Consent: An Analysis of Sexual Consent Literature. *Feminism & Psychology*, 17(1), 93–108. <https://doi.org/10.1177/0959353507072914>
- Beres, M. A. (2014). Rethinking the concept of consent for anti-sexual violence activism and education. *Feminism & Psychology*, 24(3), 373–389. <https://doi.org/10.1177/0959353514539652>
- Beres, M. A., Herold, E., & Maitland, S. B. (2004). Sexual consent behaviors in same-sex relationships. *Archives of Sexual Behavior*, 33(5), 475–486. <https://doi.org/10.1023/B:ASEB.0000037428.41757.10>
- Biroli, F. (2018). Violence against Women and Reactions to Gender Equality in Politics. *Politics & Gender*, 14(4), 681–685. <https://doi.org/10.1017/S1743923X18000600>
- Bonagura, A. (2023). Centering Issues of Identity in Consent: A Critical Sexuality Review of U.S. History and Research on Identity and Consent. *Violence and Gender*, 10(4), 177–192. <https://doi.org/10.1089/VIO.2023.0019>
- Boyd, P. (2015). Paradoxes of Postfeminism: Coercion and Consent in Fifty Shades of Grey. Em A. Trier-Bieniek (Ed.), *Feminist Theory and Pop Culture* (pp. 103–114). Brill. https://doi.org/10.1007/978-94-6300-061-1_8
- Bozon, M. (2001). Sexuality, gender, and the couple: A sociohistorical perspective. *Annual Review of Sex Research*, 12(1), 1–32. <https://doi.org/10.1080/10532528.2001.10559792>
- Brownmiller, S. (1975). *Against our will: Men, women, and rape*. Simon & Schuster.
- Burkett, M., & Hamilton, K. (2012). Postfeminist sexual agency: Young women’s negotiations of sexual consent. *Sexualities*, 15(7), 815–833. <https://doi.org/10.1177/1363460712454076>
- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38(2), 217–230. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.38.2.217>
- Cann, A., Calhoun, L. G., & Selby, J. W. (1979). Attributing Responsibility to the Victim of Rape: Influence of Information Regarding Past Sexual Experience. *Human Relations*, 32(1), 57–67. <https://doi.org/10.1177/001872677903200104>
- Cannon, C., Lauve-Moon, K., & Buttell, F. (2015). Re-Theorizing Intimate Partner Violence through Post-Structural Feminism, Queer Theory, and the Sociology of Gender. *Social Sciences*, 4(3), 668–687. <https://doi.org/10.3390/SOCSCI4030668>
- Carvalho, J., & Brazão, N. (2020). Women’s sexual violence of male intimate partners. Em T. K. Shackelford (Ed.), *The SAGE Handbook of Domestic Violence* (pp. 241–254). SAGE Publications.
- Casimiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: a questão da simetria do género. *Análise Social*, 43(188), 579–601. <https://www.jstor.org/stable/41012653>

- Casimiro, C. (2013). Violência feminina: a face oculta da violência no casal. *Sociologia online, Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 6, 5–25.
<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2012/OMA 2012 Final.pdf>
- Casimiro, C. (2004). Violência na conjugalidade: um problema simétrico? *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. A questão social do no milénio. Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro*, 16–18. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4643812>
- Cohn, E. S., Dupuis, E. C., & Brown, T. M. (2009). In the Eye of the Beholder: Do Behavior and Character Affect Victim and Perpetrator Responsibility for Acquaintance Rape? *Journal of Applied Social Psychology*, 39(7), 1513–1535.
<https://doi.org/10.1111/J.1559-1816.2009.00493.X>
- Conroy, N. E., Krishnakumar, A., & Leone, J. M. (2014). Reexamining Issues of Conceptualization and Willing Consent: The Hidden Role of Coercion in Experiences of Sexual Acquiescence. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(11), 1828–1846.
<https://doi.org/10.1177/0886260514549050>
- Coutinho, C. P. (2016). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2.^a ed.). Almedina.
- Coy, M., Kelly, L., Vera-Gray, F., Garner, M., & Kanyeredzi, A. (2016). From ‘no means no’ to ‘an enthusiastic yes’: Changing the Discourse on Sexual Consent Through Sex and Relationships Education. Em V. Sundaram & H. Sauntson (Eds.), *Global Perspectives and Key Debates in Sex and Relationships Education: Addressing Issues of Gender, Sexuality, Plurality and Power* (pp. 84–99). Palgrave Pivot.
https://doi.org/10.1057/9781137500229_6
- Czechowski, K., Sylvestre, J., & Corsini-Munt, S. (2022). Survival sex: Sexual agency and consent in a state of deprivation? A scoping review. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 31(2), 293–308. <https://doi.org/10.3138/CJHS.2022-0017>
- Daly, K., & Bouhours, B. (2010). Rape and Attrition in the Legal Process: A Comparative Analysis of Five Countries. *Crime and Justice*, 39, 565–650.
<https://doi.org/10.1086/653101>
- DeKeseredy, W. S., & Schwartz, M. D. (1998). *Woman Abuse on Campus: Results From the Canadian National Survey*. SAGE Publications.
- Dougherty, T. (2013). Sex, Lies, and Consent. *Ethics*, 123(4), 717–744.
<https://doi.org/10.1086/670249>
- Du Toit, L. (2007). The conditions of consent. Em R. Hunter & S. Cowan (Eds.), *Choice and consent* (pp. 64–79). Routledge-Cavendish. <https://doi.org/10.4324/9780203937389>
- Durán, M., Moya, M., Megías, J. L., & Viki, G. T. (2010). Social perception of rape victims in dating and married relationships: The role of perpetrator’s benevolent sexism. *Sex Roles*, 62(7–8), 505–519. <https://doi.org/10.1007/S11199-009-9676-7/METRICS>
- Dziuban, C. D., & Shirkey, E. C. (1974). When is a correlation matrix appropriate for factor analysis? Some decision rules. *Psychological Bulletin*, 81(6), 358–361.
<https://doi.org/10.1037/H0036316>
- Ehrlich, S. (2003). Representing rape: Language and sexual consent. Em *Representing Rape: Language and Sexual Consent*. Taylor and Francis.
<https://doi.org/10.4324/9780203459034>
- FAL, Bento, A., Silva, H. L., & Lopes, C. (2019). *Violência Sexual na Academia de Lisboa:*

- Prevalência e Perceção dos Estudantes*. Federação Académica de Lisboa (FAL). https://falisboa.pt/wp-content/uploads/2020/11/Violencia-Sexual-na-Academia-de-Lisboa_compressed.pdf
- Fantasia, H. C., Sutherland, M. A., Fontenot, H., & Ierardi, J. A. (2014). Knowledge, attitudes and beliefs about contraceptive and sexual consent negotiation among college women. *Journal of Forensic Nursing*, 10(4), 199–207. <https://doi.org/10.1097/JFN.0000000000000046>
- Farris, C., Treat, T. A., Viken, R. J., & McFall, R. M. (2008). Sexual coercion and the misperception of sexual intent. *Clinical Psychology Review*, 28(1), 48–66. <https://doi.org/10.1016/J.CPR.2007.03.002>
- Fávero, M., Del Campo, A., Faria, S., Moreira, D., Ribeiro, F., & Sousa-Gomes, V. (2020). Rape Myth Acceptance of Police Officers in Portugal. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(1–2), 659–680. <https://doi.org/10.1177/0886260520916282>
- Fenner, L. (2017). Sexual Consent as a Scientific Subject: A Literature Review. *American Journal of Sexuality Education*, 12(4), 451–471. <https://doi.org/10.1080/15546128.2017.1393646>
- Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS*. SAGE Publications.
- Fisher, B. S., Daigle, L. E., & Cullen, F. T. (2010). *Unsafe in the Ivory Tower: The Sexual Victimization of College Women*. SAGE Publications.
- Freitas, S. F. S. (2017). *A Influência das «Cinquenta Sombras de Grey» no Consentimento Sexual de Estudantes Universitários (dissertação de mestrado em Psicologia)*. Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Frith, H. (2009). Sexual scripts, sexual refusals and rape. Em M. A. H. Horvath & J. M. Brown (Eds.), *Rape: Challenging Contemporary Thinking* (pp. 99–122). Willan.
- Frith, H., & Kitzinger, C. (2001). Reformulating Sexual Script Theory. *Theory & Psychology*, 11(2), 209–232. <https://doi.org/10.1177/0959354301112004>
- Gagnon, J. H., & Simon, W. (1973). *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*. Aldine Publishing Company.
- Gavey, N. (1997). Feminist Poststructuralism and Discourse Analysis. Em M. N. Gergen & S. N. Davis (Eds.), *Toward a New Psychology of Gender: A Reader* (pp. 49–64). Routledge.
- Glance, A. M., Zarkin, J. G., & Kaufman, K. L. (2020). Moving Toward a New Model of Sexual Consent: The Development of the Process-Based Consent Scale. *Violence Against Women*, 27(12–13), 2424–2450. <https://doi.org/10.1177/1077801220952159>
- Gracia, E. (2022). Public Attitudes Toward Partner Violence Against Women. *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*, 1–5. https://doi.org/10.1007/978-3-319-69909-7_2317-2
- Gracia, E., Lila, M., & Santirso, F. A. (2020). Attitudes Toward Intimate Partner Violence Against Women in the European Union: A Systematic Review. *European Psychologist*, 25(2), 104–121. <https://doi.org/10.1027/1016-9040/A000392>
- Gregori, M. F. (2014). Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. *Cadernos Pagu*, 42, 47–74. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420047>
- Grubb, A., & Harrower, J. (2008). Attribution of blame in cases of rape: An analysis of

- participant gender, type of rape and perceived similarity to the victim. *Aggression and Violent Behavior*, 13(5), 396–405. <https://doi.org/10.1016/J.AVB.2008.06.006>
- Hair, J. F., L.D.S. Gabriel, M., da Silva, D., & Braga Junior, S. (2019). Development and validation of attitudes measurement scales: fundamental and practical aspects. *RAUSP Management Journal*, 54(4), 490–507. <https://doi.org/10.1108/RAUSP-05-2019-0098>
- Hattery Freetly, A. J., & Kane, E. W. (1995). Men's and women's perceptions of non-consensual sexual intercourse. *Sex Roles*, 33(11–12), 785–802. <https://doi.org/10.1007/BF01544779/METRICS>
- Hill, R. L., Richards, D., & Savigny, H. (2023). Normalising sexualised violence in popular culture: eroding, erasing and controlling women in rock music. *Feminist Media Studies*, 23(3), 1107–1123. <https://doi.org/10.1080/14680777.2021.1902368>
- Humphreys, T. P. (2004). Understanding sexual consent: An empirical investigation of the normative script for young heterosexual adults. Em M. Cowling & P. Reynolds (Eds.), *Making sense of sexual consent* (pp. 209–225). Ashgate. <https://doi.org/10.4324/9781315249995>
- Humphreys, T. P. (2007). Perceptions of Sexual Consent: The Impact of Relationship History and Gender. *The Journal of Sex Research*, 44(4), 307–315. <https://doi.org/10.1080/00224490701586706>
- Humphreys, T. P., & Brousseau, M. M. (2010). The Sexual Consent Scale—Revised: Development, Reliability, and Preliminary Validity. *The Journal of Sex Research*, 47(5), 420–428. <https://doi.org/10.1080/00224490903151358>
- Humphreys, T. P., & Herold, E. (2007). Sexual consent in heterosexual relationships: Development of a new measure. *Sex Roles*, 57(3–4), 305–315. <https://doi.org/10.1007/S11199-007-9264-7>
- Hust, S. J. T., Rodgers, K. B., & Bayly, B. (2017). Scripting Sexual Consent: Internalized Traditional Sexual Scripts and Sexual Consent Expectancies Among College Students. *Family Relations*, 66(1), 197–210. <https://doi.org/10.1111/FARE.12230>
- Hutcheson, G. D., & Sofroniou, N. (1999). *The Multivariate Social Scientist: Introductory Statistics Using Generalized Linear Models*. SAGE Publications Ltd.
- Illouz, E. (2019). *The End of Love: A Sociology of Negative Relations*. Oxford University Press.
- Jeffrey, N. K. (2022). Is consent enough? What the research on normative heterosexuality and sexual violence tells us. *Sexualities*, 27(3), 475–494. <https://doi.org/10.1177/13634607221096760>
- Jehle, J. M. (2012). Attrition and Conviction Rates of Sexual Offences in Europe: Definitions and Criminal Justice Responses. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 18(1), 145–161. <https://doi.org/10.1007/s10610-011-9163-x>
- Jordan, J. A. (2022). *Why Don't They Just Ask?: Barriers to Directly Requesting Affirmative Sexual Consent by Gender and Sexual Orientation (doctoral dissertation in Psychology)* [University of South Florida]. <https://digitalcommons.usf.edu/etd/9383/>
- Jozkowski, K. N., & Peterson, Z. D. (2013). College Students and Sexual Consent: Unique Insights. *Journal of Sex Research*, 50(6), 517–523. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.700739>
- Jozkowski, K. N., & Peterson, Z. D. (2014). Assessing the Validity and Reliability of the

- Perceptions of the Consent to Sex Scale. *The Journal of Sex Research*, 51(6), 632–645. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.757282>
- Jozkowski, K. N., Sanders, S., Peterson, Z. D., Dennis, B., & Reece, M. (2014). Consenting to sexual activity: The development and psychometric assessment of dual measures of consent. *Archives of Sexual Behavior*, 43(3), 437–450. <https://doi.org/10.1007/s10508-013-0225-7>
- Kessel, A. (2020). The cruel optimism of sexual consent. *Contemporary Political Theory*, 19(3), 359–380. <https://doi.org/10.1057/s41296-019-00362-8>
- Kline, R. B. (2004). *Beyond Significance Testing: Reforming Data Analysis Methods in Behavioral Research*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10693-000>
- Koss, M. P. (1988). Hidden rape: Incidence, prevalence, and descriptive characteristics of sexual aggression and victimization in a national sample of college students. *Sexual assault*, 2, 3–25.
- Koss, M. P., Abbey, A., Campbell, R., Cook, S., Norris, J., Testa, M., Ullman, S., West, C., & White, J. (2007). Revising the SES: A Collaborative Process to Improve Assessment of Sexual Aggression and Victimization. *Psychology of Women Quarterly*, 31(4), 357–370. <https://doi.org/10.1111/J.1471-6402.2007.00385.X>
- Koss, M. P., Gidycz, C. A., & Wisniewski, N. (1987). The Scope of Rape: Incidence and Prevalence of Sexual Aggression and Victimization in a National Sample of Higher Education Students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55(2), 162–170. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.55.2.162>
- Koss, M. P., Swartout, K. M., Lopez, E. C., Lamade, R. V., Anderson, E. J., Brennan, C. L., & Prentky, R. A. (2021). The Scope of Rape Victimization and Perpetration Among National Samples of College Students Across 30 years. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(1–2), NP25–NP47. <https://doi.org/10.1177/08862605211050103>
- Krebs, C., Lindquist, C., Warner, T., Fisher, B., & Martin, S. (2009). College Women’s Experiences with Physically Forced, Alcohol- or Other Drug-Enabled, and Drug-Facilitated Sexual Assault Before and Since Entering College. *Journal of American College Health*, 57(6), 639–649. <https://doi.org/10.3200/JACH.57.6.639-649>
- Kubota, S., & Nakazawa, E. (2022). Concept and implications of sexual consent for education: a systematic review of empirical studies. *Sexual and Relationship Therapy*, 1–23. <https://doi.org/10.1080/14681994.2022.2039617>
- Kukla, Q. R. (2021). A Nonideal Theory of Sexual Consent. *Ethics*, 131(2), 270–292. <https://doi.org/10.1086/711209>
- León, C. M., & Aizpurua, E. (2023). Do Youth Dream of Gender Stereotypes? The Relationship among Gender Stereotyping, Support for Feminism, and Acceptance of Gender-Based Violence. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 20(3), 2439. <https://doi.org/10.3390/IJERPH20032439>
- Liberto, H. (2017). Intention and sexual consent. *Philosophical Explorations*, 20, 127–141. <https://doi.org/10.1080/13869795.2017.1356359>
- Mackinnon, C. (1997). Rape: On coercion and consent. Em K. Conboy, N. Medina, & S. Stanbury (Eds.), *Writing on the body: Female embodiment and feminist theory* (pp. 42–58). Columbia University Press.

- Margolin, L., Moran, P. B., & Miller, M. (1989). Social Approval for Violations of Sexual Consent in Marriage and Dating. *Violence and Victims*, 4(1), 45–55. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.4.1.45>
- Marôco, J. (2007). *Análise Estatística com Utilização do SPSS* (3.^a ed.). Edições Sílabo.
- Martins, S., Machado, C., Abrunhosa, R., & Manita, C. (2012). Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS). *Análise Psicológica*, 30(1/2), 177–191. <https://doi.org/10.14417/AP.546>
- Maurer, T. W., & Robinson, D. W. (2008). Effects of attire, alcohol, and gender on perceptions of date rape. *Sex Roles*, 58(5–6), 423–434. <https://doi.org/10.1007/s11199-007-9343-9>
- Miller, J., & Schwartz, M. D. (1995). Rape myths and violence against street prostitutes. *Deviant Behavior*, 16(1), 1–23. <https://doi.org/10.1080/01639625.1995.9967984>
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250. <https://doi.org/10.1002/EJSP.2420180303>
- Muehlenhard, C. L. (1996). The complexities of sexual consent. *Siecus Report*, 24, 4–7.
- Muehlenhard, C. L., Humphreys, T. P., Jozkowski, K. N., & Peterson, Z. D. (2016). The Complexities of Sexual Consent Among College Students: A Conceptual and Empirical Review. *Journal of Sex Research*, 53(4–5), 457–487. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1146651>
- Muehlenhard, C. L., Peterson, Z. D., Humphreys, T. P., & Jozkowski, K. N. (2017). Evaluating the One-in-Five Statistic: Women’s Risk of Sexual Assault While in College. *The Journal of Sex Research*, 54(4–5), 549–576. <https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1295014>
- Neves, S., Ferreira, M., Sousa, E., Costa, R., Rocha, H., Topa, J., Vieira, C. P., Borges, J., Lira, A., Silva, L., Allen, P., & Resende, I. (2023). Sexual Violence against LGBT People in Portugal: Experiences of Portuguese Victims of Domestic Violence. *LGBTQ+ Family: An Interdisciplinary Journal*, 19(2), 145–159. <https://doi.org/10.1080/27703371.2023.2167758>
- Oliveira, L. de, Carmo, E., Cardoso, D., Brazão, N., Viegas, M., Vespasiano, R., & Carvalho, J. (2023). A Qualitative Study on University Students’ Perceptions Regarding Sexual Violence Perpetrated by Women Against Men. *Sexuality Research and Social Policy*, 21(1), 446–464. <https://doi.org/10.1007/S13178-023-00880-6>
- OMS. (2014). *Global status report on violence prevention 2014*. World Health Organization.
- OMS. (2022). *Sexual violence*. Violence Info. <https://apps.who.int/violence-info/sexual-violence/>
- Pérez, Y. (2017). California define qué es “consentimiento sexual”. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 25, 113–133. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.SESS.2017.25.06.A>
- Peterson, Z. D., & Muehlenhard, C. L. (2007). Conceptualizing the “Wantedness” of Women’s Consensual and Nonconsensual Sexual Experiences: Implications for How Women Label Their Experiences With Rape. *Journal of Sex Research*, 44(1), 72–88. <https://doi.org/10.1080/00224490709336794>
- PettyJohn, M. E., Reid, T. A., Cary, K. M., Greer, K. M., Nason, J. A., Agundez, J. C.,

- Graves, C., & McCauley, H. L. (2022). “I Don’t Know What the Hell You’d Call It”: A Qualitative Thematic Synthesis of Men’s Experiences With Sexual Violence in Adulthood as Contextualized by Hegemonic Masculinity. *Psychology of Men and Masculinity*, 24(4), 272–290. <https://doi.org/10.1037/MEN0000410>
- Popova, M. (2019). *Sexual Consent*. The MIT Press.
- Powell, A. (2010). *Sex, Power and Consent: Youth Culture and the Unwritten Rules*. Cambridge University Press.
- Primoratz, I. (2001). Sexual Morality: Is Consent Enough? *Ethical Theory and Moral Practice*, 4(3), 201–218. <https://doi.org/10.1023/A:1011878215852>
- RAINN. (2021). *Sexual Assault of Men and Boys*. RAINN – Rape, Abuse & Incest National Network. <https://www.rainn.org/articles/sexual-assault-men-and-boys>
- Rodrigues, A., Beires, A., Maia, A. M., Teixeira, A. M., Dias, A. T., Iglésias, C., Gouveia, C., Pontedeira, C., Jasmins, C., Martins, J., Ribeiro, P., Mendes, T., & Ferreira, V. (2020). *Estudo Nacional sobre Violência no Namoro. Violência no Namoro em Portugal: Vitimação e Conceções Juvenis* (M. J. Magalhães (ed.)). União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/02/VN_2020_NACIONAL_UMAR.pdf
- Rollero, C., Moyano, N., & Roccato, M. (2023). The Role of Sexual Consent and Past Non-consensual Sexual Experiences on Rape Supportive Attitudes in a Heterosexual Community Sample. *Sexuality and Culture*, 27(4), 1352–1368. <https://doi.org/10.1007/s12119-023-10066-2>
- Scott, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053–1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>
- Scutt, J. A. (1994). Judicial vision: Rape, prostitution and the ‘chaste woman’. *Women’s Studies International Forum*, 17(4), 345–356. [https://doi.org/10.1016/S0277-5395\(05\)80042-1](https://doi.org/10.1016/S0277-5395(05)80042-1)
- Senra, J. R. M. V. (2021). *Naming Injustice, Reimagining Justice. How Victim-Survivors of Sexual Violence in Portugal Perceive Criminal Justice and its Alternatives (master thesis in Sociology of Law)* [Lund University, Department of Sociology of Law]. <http://lup.lub.lu.se/student-papers/record/9049626>
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (2002). Sexual Scripts. Em P. Aggleton & R. Parker (Eds.), *Culture, Society And Sexuality* (pp. 29–38). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203020173>
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (2003). Sexual Scripts: Origins, Influences and Changes. *Qualitative Sociology*, 26(4), 491–497. <https://doi.org/10.1023/B:QUAS.0000005053.99846.e5>
- Sleath, E., & Bull, R. (2017). Police perceptions of rape victims and the impact on case decision making: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 34, 102–112. <https://doi.org/10.1016/J.AVB.2017.02.003>
- Stotzer, R. L., & MacCartney, D. (2015). The Role of Institutional Factors on On-Campus Reported Rape Prevalence. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(16), 2687–2707. <https://doi.org/10.1177/0886260515580367>
- Struckman-Johnson, C., Struckman-Johnson, D., & Anderson, P. B. (2003). Tactics of sexual coercion: When men and women won’t take no for an answer. *Journal of Sex Research*,

- 40(1), 76–86. <https://doi.org/10.1080/00224490309552168>
- Sullivan, B. (2007). Rape, Prostitution and Consent. *Journal of Criminology*, 40(2), 127–142. <https://doi.org/10.1375/ACRI.40.2.127>
- Sutherland, J. L., Amar, A. F., & Sutherland, M. A. (2014). Victimization and perpetration of sexual violence in college-aged men and women. *Journal of Forensic Nursing*, 10(3), 153–159. <https://doi.org/10.1097/JFN.0000000000000033>
- Testa, M., & Dermen, K. H. (1999). The Differential Correlates of Sexual Coercion and Rape. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(5), 548–561. <https://doi.org/10.1177/088626099014005006>
- Testa, M., & Livingston, J. A. (2009). Alcohol Consumption and Women’s Vulnerability to Sexual Victimization: Can Reducing Women’s Drinking Prevent Rape? *Substance Use & Misuse*, 44(9–10), 1349–1376. <https://doi.org/10.1080/10826080902961468>
- Turchik, J. A., Hebenstreit, C. L., & Judson, S. S. (2015). An Examination of the Gender Inclusiveness of Current Theories of Sexual Violence in Adulthood. *Trauma, Violence, & Abuse*, 17(2), 133–148. <https://doi.org/10.1177/1524838014566721>
- van Anders, S. M., Herbenick, D., Brotto, L. A., Harris, E. A., & Chadwick, S. B. (2021). The Heteronormativity Theory of Low Sexual Desire in Women Partnered with Men. *Archives of Sexual Behavior*, 51(1), 391–415. <https://doi.org/10.1007/S10508-021-02100-X>
- van der Bruggen, M., & Grubb, A. (2014). A review of the literature relating to rape victim blaming: An analysis of the impact of observer and victim characteristics on attribution of blame in rape cases. *Aggression and Violent Behavior*, 19(5), 523–531. <https://doi.org/10.1016/J.AVB.2014.07.008>
- Waldner-Haugrud, L. K., & Magruder, B. (1995). Male and Female Sexual Victimization in Dating Relationships: Gender Differences in Coercion Techniques and Outcomes. *Violence and Victims*, 10(3). <https://doi.org/10.1891/0886-6708.10.3.203>
- Walker, S. J. (1997). When “no” becomes “yes”: Why girls and women consent to unwanted sex. *Applied and Preventive Psychology*, 6(3), 157–166. [https://doi.org/10.1016/S0962-1849\(97\)80003-0](https://doi.org/10.1016/S0962-1849(97)80003-0)
- Wertheimer, A. (2003). *Consent to Sexual Relations*. Cambridge University Press.
- Wertheimer, A. (2010). Consent to Sexual Relations. Em F. Miller & A. Wertheimer (Eds.), *The Ethics of Consent: Theory and Practice* (pp. 195–220). Oxford University Press.
- West, R. (2002). The Harms of Consensual Sex. Em A. Soble (Ed.), *The Philosophy of Sex: Contemporary Readings* (pp. 317–322). Rowman and Littlefield.
- Wiederman, M. W. (2015). Sexual Script Theory: Past, Present, and Future. *Handbooks of Sociology and Social Research*, 7–22. https://doi.org/10.1007/978-3-319-17341-2_2
- Willis, M., Hunt, M., Wodika, A., Rhodes, D. L., Goodman, J., & Jozkowski, K. N. (2019). Explicit Verbal Sexual Consent Communication: Effects of Gender, Relationship Status, and Type of Sexual Behavior. *International Journal of Sexual Health*, 31(1), 60–70. <https://doi.org/10.1080/19317611.2019.1565793>
- Willis, M., & Jozkowski, K. N. (2019). Sexual Precedent’s Effect on Sexual Consent Communication. *Archives of Sexual Behavior*, 48(6), 1723–1734. <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1348-7>

- Workman, J. E., & Orr, R. L. (1996). Clothing, Sex of Subject, and Rape Myth Acceptance as Factors Affecting Attributions about an Incident of Acquaintance Rape. *Clothing and Textiles Research Journal*, 14(4), 276–284. <https://doi.org/10.1177/0887302X9601400407>
- Zaccour, S. (2023). «*But if you can't rape your wife, who can you rape?*» toward a course-of-conduct offence centring partner sexual coercion in Canada (doctoral thesis) [University of Oxford]. <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:607bd413-dbd0-484f-824f-81def8a8f7ff>
- Zuo, X., Lou, C., Gao, E., Lian, Q., & Shah, I. H. (2018). Gender role attitudes, awareness and experiences of non-consensual sex among university students in Shanghai, China. *Reproductive Health*, 15(1), 1–10. <https://doi.org/10.1186/S12978-018-0491-X/TABLES/5>